

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM  
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

**Silvete Mileia Ferreira**

**Educação do campo e suas práticas na EE Dom Francisco das Chagas**

Juiz de Fora

2019

**Silvete Mileia Ferreira**

**Educação do campo e suas práticas na EE Dom Francisco das Chagas**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a qualificação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof. Dr.<sup>a</sup> Denise Rangel Miranda

Juiz de Fora  
2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração  
Automática da Biblioteca Universitária da UFJF,  
Com dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mileia Ferreira, Silvete.

Educação do campo e suas práticas na EE Dom Francisco das  
Chagas / Silvete Mileia Ferreira. -- 2019.

91 f. : il.

Orientadora: Denise Rangel Miranda

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de  
Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação  
em Educação, 2019.

1. Educação do campo. 2. Currículo. 3. Projeto Político  
Pedagógico. I. Rangel Miranda, Denise, orient. II. Título.

SILVETE MILEIA FERREIRA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS PRÁTICAS NA EE DÔM FRANCISCO DAS CHAGAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 29/07/2019.



---

Profa. Dra. Denise Rangel Miranda (orientadora)  
Prefeitura de Juiz de Fora



---

Profa. Dra. Miriam Raquel Piazzini Machado  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Profa. Dra. Marcia Aparecida Batista Ferreira  
Prefeitura de Juiz de Fora



Dedico este trabalho aos meus filhos Bruno, Priscila e a pequenina Ana Beatriz. Ao meu marido Giovani, companheiro de todas as horas, e ao povo do Careço. A vocês, meu eterno agradecimento.

## **AGRADECIMENTOS**

Gratidão é um sentimento nobre. Sozinhos não somos nada. Saber agradecer às pessoas que ajudaram a obter uma conquista é muito importante. Por isso, agradeço a Deus, aos meus professores à minha orientadora, Denise. Agradeço também ao doce de pessoa que é Luísa Vilardi, sempre muito paciente. Agradeço quem me atrapalhou também: a nervosinha, adorada e pequenina, Ana Beatriz: a rapinha do tacho. À memória do meu querido pai, Bernardino. À minha mãe e meus outros dois filhos, Priscila e Bruno. Ao Giovani, meu companheiro nos momentos de alegria, tristeza, angústias e euforias. Gratidão se mistura com amor, só assim vale à pena. Por falar em gratidão e amor, meu eterno agradecimento à comunidade do Careço, onde fiz nome e carreira. Com vocês e por vocês, tudo vale à pena.

“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que  
me insere na busca, não aprendo nem ensino”

(FREIRE, 1996, p.85)

## RESUMO

O presente estudo de caso visa analisar as práticas da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas com vistas a analisar se elas dialogam com as esperadas para uma escola do campo. A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, localizada em área rural do município de Ervália-MG atende em sua totalidade alunos moradores do campo e por essa razão, é considerada escola do campo. Para alcançar este propósito, se tornou necessário descrever o contexto da escola no seu âmbito geográfico, sociocultural e econômico; analisar como a proposta curricular da escola contribui ou não para a consolidação do direito à educação dos alunos atendidos pela escola, para então se propor, a partir dos resultados da pesquisa, um plano de Ação Educacional. Através da análise da proposta curricular da referida escola e em entrevista feita com professores nela efetivos, percebeu-se que as práticas educacionais da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas não contemplam de forma rotineira o currículo e as práticas voltadas para a educação do campo, sendo feitas apenas de forma esporádica em eventos promovidos pela instituição. Tal fato caminha em contramão com a fala dos autores que embasaram este estudo, tais como Caldart, Paulo Freire e Arroyo. De um modo geral, os autores que tratam o assunto salientam que os princípios da educação do campo devem estar presentes de forma reiterada nas práticas da escola, não apenas de forma pontual. Na tentativa de amenizar a situação, foi proposta a construção de forma coletiva e democrática o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, na intenção deste documento possibilitar mudanças nas práticas da escola, a fim de garantir o atendimento educacional de qualidade aos educandos, respeitando as peculiaridades e diversidade, sem desconsiderar a oferta de qualidade do ensino.

Palavras-chave: Educação do campo. Currículo. Projeto Político Pedagógico.

## **ABSTRACT**

This case study aims to analyze the practices of Dom Francisco das Chagas State School in order to analyze if they dialogue with those expected for a rural school. Dom Francisco das Chagas State School, located in a rural area of the municipality of Ervália-MG, serves all students who live in the countryside and is therefore considered a rural school. To achieve this purpose, it has become necessary to describe the context of the school in its geographical, socio-cultural and economic context; analyze how the school curriculum proposal contributes or not to the consolidation of the right to education of the students served by the school, and then proposing, from the results of the research, an Educational Action plan. Through the analysis of the curricular proposal of the referred school and in an interview with effective teachers, it was noticed that the educational practices of Dom Francisco das Chagas State School do not routinely contemplate the curriculum and the practices directed to the rural education, being made only sporadically at events promoted by the institution. This fact goes against the speech of the authors that supported this study, such as Caldart, Paulo Freire and Arroyo. In general, the authors who address the subject point out that the principles of field education should be repeatedly present in school practices, not just in a timely manner. In an attempt to alleviate the situation, it was proposed to collectively and democratically build the Dom Francisco das Chagas State School Pedagogical Political Project, with the intention of this document to enable changes in school practices in order to ensure quality educational care for students, respecting the peculiarities and diversity, without disregarding the offer of quality education.

**Keywords:** Rural education. Curriculum. Pedagogical Political Project.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Fotografia 1	- Serras do Careço .....	17
Fotografia 2	- Sala de aula improvisada na varanda – anos 70 .....	22
Fotografia 3	- Escola Estadual Dom Francisco das Chagas – anos 80 .....	22
Fotografia 4	- Escola Estadual Dom Francisco das Chagas – 2012 .....	23
Fotografia 5	- Alunos se preparando para a Feira Cultural – 2012 .....	26
Fotografia 6	- Uma das primeiras diretoras do Escola Estadual Dom Francisco e a primeira serviçal .....	27
Imagem 1	- A força do recurso didático A força do recurso didático .....	30
Quadro 1	- Reflexões para as reuniões de construção do PPP da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas .....	55

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS E SEU CONTEXTO .....</b>	<b>16</b>
2.1	CAREÇO .....	16
2.2	ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS E SEU FAZER PEDAGÓGICO .....	18
2.3	GESTÃO DA ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS .....	20
2.4	ATUAL GESTÃO .....	23
2.5	PRODUÇÕES LITERÁRIAS DA ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS .....	25
2.6	O FAZER PEDAGÓGICO E SUAS MÚLTIPLAS ESTRATÉGIAS .....	28
2.7	RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA .....	31
2.8	RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO .....	32
<b>3</b>	<b>O PAPEL DOS ELEMENTOS VIABILIZADORES DA APRENDIZAGEM .....</b>	<b>34</b>
3.1	A EDUCAÇÃO E SEUS DESAFIOS: EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO .....	34
3.2	ESCOLA DO CAMPO .....	39
3.3	METODOLOGIA .....	41
3.4	CURRÍCULO COMO VIABILIZADOR DO DIREITO À APRENDIZAGEM .....	44
<b>4</b>	<b>PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA A ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS .....</b>	<b>53</b>
4.1	REUNIÕES PEDAGÓGICAS: REFLEXÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO PPP .....	54
4.2	CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS .....	56
4.3	A NOVA REALIDADE DA ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS APÓS CONSTRUÇÃO DO PPP .....	59
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>62</b>

<b>APÊNDICE A - Roteiro da entrevista com professores da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas .....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE B - Perfil e formação dos professores entrevistados .....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO - Projeto Político-Pedagógico, Escola Estadual Dom Francisco das Chagas .....</b>	<b>70</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A educação socializa os indivíduos, portanto, espera-se que no processo de transmitir a educação, o indivíduo adquira e assimile os conhecimentos. Escola e família são as duas instituições mais cobradas pela sociedade quando o assunto é a educação. Assim, o processo educativo é materializado numa série de habilidades e valores que ocasionam mudanças intelectuais, emocionais e sociais no indivíduo. De acordo com o grau de sensibilização alcançado, esses valores podem durar toda a vida ou apenas durante um determinado período de tempo.

Educação do campo e suas práticas na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, temática deste estudo, se relacionam com minha trajetória profissional, uma vez que estudei em escola de campo e desde 2012 atuo como gestora da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas. A escola onde estudei nos anos iniciais só possuía esta oferta (dos anos iniciais do Ensino Fundamental), sendo que apenas em uma única escola da zona urbana ofertava os anos finais e Ensino Médio no município de Ervália. Precisei pedalar dezoito quilômetros diariamente para concluir o ensino básico. De todos os alunos (cerca de vinte alunos) que concluíram a quarta série na comunidade rural de Santa Cruz dos Godinhos, local onde eu morava, apenas eu e mais duas alunas (a família das outras duas possuíam casa na cidade), prosseguiram com os estudos. Sabendo da dificuldade que as famílias moradoras da área rural encontram para estudar os filhos e também da pouca valorização dos estudos formais, já que a rotina para sobrevivência e sustento das famílias não depende de estudos, me insiro na questão que envolve o caso de gestão na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas. Além da dificuldade citada, por vezes, a reprodução de práticas educacionais das escolas urbanas soa como uma negação da identidade da instituição escolar, conforme percebido durante algumas situações durante o percurso de mais de sete anos em que atuo como gestora da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas: falas de professores durante reuniões pedagógicas, planejamentos das disciplinas, relato de alunos.

A presente dissertação se estrutura em três capítulos. Inicialmente é abordado o contexto da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas: seu fazer pedagógico, sua gestão e sua história, bem como as tentativas de adaptação de currículo à realidade, na qual está inserida, através de suas produções literárias, entre outros.

Já o segundo capítulo está organizado a partir da metodologia pretendida para a pesquisa, bem como a importância do papel dos elementos viabilizadores da aprendizagem. Em

um contexto menor, será tratada a educação dentro da perspectiva da escola do campo e a importância do currículo dentro da realidade escolar.

O terceiro e último capítulo traz a proposta de um Plano de Ação Educacional (PAE) com o intuito de subsidiar os trabalhos da equipe gestora da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas a adaptar seu currículo dentro da perspectiva de escola do campo, oportunizando o pleno desenvolvimento de uma educação de qualidade para todos.

A Educação do Campo é uma especificidade nos ramos da educação e ao se falar nessas especificidades, existem várias discussões a respeito. Porém, o reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente e inovador. Com a ampliação das discussões, surge a necessidade de se adaptar as propostas curriculares e pedagógicas para que as diferenças sejam atendidas. A pesquisa presente dá destaque às práticas educacionais da Educação do Campo, mas especificamente na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, em Ervália – MG.

Falar de currículo e práticas educacionais dentro da perspectiva da Educação do Campo torna-se fundamental para o contexto do caso de gestão em estudo, uma vez que a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas se enquadra como escola do campo. O currículo de uma prática de gestão consiste no caminho a ser percorrido durante um aprendizado e varia muito dependendo do lugar e do período, sendo elaborado de acordo com o pensamento pedagógico de cada época. Atualmente, muito se fala sobre gestão democrática e cada vez mais se faz necessário repensar questões como aulas monótonas e teóricas, ritmo do aluno, em como utilizar o tempo para organizar todas as experiências trazidas pelo aluno, considerando as questões de raça, sexualidade, cultura e diferenças.

Primeiramente, é necessário antes de se construir um currículo, entender o para quê, para quem, o conteúdo e o método a serem usados, tendo em vista que a finalidade do currículo é sempre desenvolver o aluno crítico, que conheça a realidade e possa agir sobre ela. O currículo deve se preocupar com a transformação social, bem como levar o aluno à reflexão crítica. Se a escola é pertencente ao campo, toda a sabedoria que o aluno traz de casa e a cultura enraizada deve fazer parte do cotidiano escolar, pois, somente assim é possível alcançar a aprendizagem significativa.

A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas objeto desse estudo pertence à Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. Localiza-se na comunidade do Careço, zona rural de Ervália – MG. Pertence à Superintendência Regional de Ensino de Ubá, zona da mata mineira. Atende a um público exclusivamente campesino e, portanto, se enquadrando dentro do conceito de escola do campo. Escolas do campo são aquelas situadas em área rural, definida pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquelas situadas em área urbana, que atendem, predominantemente, as populações do campo (MINAS GERAIS, 2016).

A comunidade do Careço, onde está localizada a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, tem sua economia baseada em atividades agropecuárias, sobretudo o café. Ademais, possui alguns comércios (mercearias, lojinhas, padarias, botecos, agropecuária/loja de material de construção), além da igreja. No funcionalismo público possui posto de saúde e a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas que atende todo o Ensino Fundamental e Médio, além de ceder sala à prefeitura para funcionamento do Pré-escolar. A escola possui uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e quatro de Educação Integral e Integrada, bem como sala de recursos para atendimento especializado a alunos. A cultura da região influencia muito na educação escolar, pois a escola está muito próxima da comunidade. Desse modo, a instituição escolar tenta promover a inclusão e a equidade através de práticas pedagógicas que valorizam a cultura local.

O corpo docente da escola em questão tem uma particularidade: grande parte dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental são moradores da comunidade do Careço. Essa particularidade aliada ao fato do reduzido número de alunos por turma faz com que o Ideb da escola nos anos iniciais seja um dos mais elevados do Estado: 7,3 em 2011, e 7,4 em 2017. Nos anos de 2013 e 2015 o IDEB da escola com relação aos anos iniciais não foi medido devido ao número reduzido de alunos.

Os anos iniciais da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas são compostos de turmas únicas e com número reduzido de alunos por sala. Em 2019, por exemplo, o 1º ano tem treze alunos, o 2º ano doze, o 3º dezoito, o 4º treze e o 5º vinte e um. A partir do sexto ano do Ensino Fundamental, a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas passa a atender também alunos de outras três escolas municipais circunvizinhas. No ano de 2019, a escola conta com dois sextos anos com vinte e cinco alunos cada. A partir desta série (sexto ano), os professores são em sua totalidade, moradores da zona urbana de Ervália, enquanto que os anos iniciais contam com três professoras residentes da comunidade do Careço.

A distância entre a zona urbana e a zona rural onde a escola está situada é de aproximadamente dezoito quilômetros. A estrada de ligação é de chão batido, o que ocasiona trânsito com poeira ou barro diariamente. É permitido pela prefeitura que os professores utilizem o transporte escolar para locomoção até a escola.

Os professores no turno da manhã saem da cidade às 5h50m, sendo que o turno se inicia às 07h00min. O turno da manhã se encerra às 11h25m, e o ônibus escolar chega à cidade às 12h15m. O turno da tarde se inicia às 12h30m e o ônibus sai da cidade às 11h30m. Encerra-se

às 16h45m e o ônibus chega à cidade em torno de 17h35m. Em vista deste deslocamento e as condições da estrada, por vezes, os professores se sentem desmotivados, pois se tivessem a opção de trabalhar nas escolas da cidade, com poucos minutos se deslocariam de casa até o local de trabalho e não precisariam trafegar em estradas rurais que oferecem riscos como poeira ou barro. Questões como esta são alvos de reclamação por parte dos docentes, que se sujeitam ao emprego para garantir tempo de serviço e salário, mas não estão satisfeitos com a peleja do percurso e não se entusiasma na participação de adaptação do currículo à realidade da escola, acabando por reproduzir as práticas pedagógicas das escolas urbanas.

Analisando os planejamentos entregues anualmente, as provas entregues para cópias e também relatos dos docentes, percebe-se que os registros e as práticas pedagógicas adotadas na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas nem sempre se alinham às vivências de seu alunado. Diante das situações expostas, surge aí o nosso caso de gestão: o currículo e as práticas educacionais da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas estão adaptados à educação do campo? A partir da questão delineada, pretende-se, nesta pesquisa, analisar como a equipe gestora da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, localizada na zona rural do município de Ervália/MG, identifica e lida com o currículo e as práticas educacionais dentro da perspectiva da educação do campo, dando destaque às peculiaridades da região. Para tanto, será necessário: 1) descrever a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas e seu contexto; 2) falar sobre o papel dos elementos viabilizadores da aprendizagem, dando ênfase ao currículo e as práticas educacionais na perspectiva da escola do campo; 3) propor o Plano de Ação Educacional – PAE, procurando contribuir para que a equipe gestora da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas repense e redesenhe suas práticas e garanta que seu currículo esteja de acordo com a realidade local, a partir dos princípios da Educação do Campo, mantendo práticas exitosas e adaptando o que se fizer necessário, a fim de proporcionar a equidade e minimizar os impactos negativos no que se tange à aprendizagem escolar.

De forma mais específica, os objetivos são os seguintes:

- A) descrever o contexto da escola no seu âmbito geográfico e sociocultural e econômico;
- B) analisar como a proposta curricular da escola contribui ou não para a consolidação do direito à educação dos alunos atendidos pela escola, tendo em vista que a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas ser uma escola do campo;
- C) propor, a partir dos resultados da pesquisa, um plano de Ação Educacional.

O presente estudo buscou elucidar e debater sobre o currículo e as práticas educacionais da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, relatar as experiências exitosas, além de discutir

as dificuldades vividas pela gestão escolar, para garantir o atendimento educacional de qualidade aos educandos. Para tanto, observações foram feitas, leitura e adaptações de documentos como o Projeto Político Pedagógico.

A fim de cumprir com a pretensão de analisar o currículo e as práticas educacionais na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, o presente trabalho se valeu de entrevistas individuais com professores efetivos da escola, de modo a identificar e qualificar elementos da educação do campo durante a prática docente.

## 2 A ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS E SEU CONTEXTO

A presente seção desse trabalho consiste em abordar aspectos históricos e culturais do povoado popularmente conhecido como Careço que culminaram na criação de uma escola improvisada, como a princípio funcionou a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas.

Posteriormente, realizou-se uma trajetória pelo fazer pedagógico da escola, pelas diversas gestões que a escola possuiu ao longo dos anos, até chegar a atual gestão, bem como abordou as relações existentes interna e externamente à escola que tanto contribuem para o fazer pedagógico, voltado para uma escola democrática, que procura enfatizar a realidade da comunidade a qual está inserida, por vezes de forma esporádica, mas planejando fazer com que esta prática se torne rotineira.

### 2.1 CAREÇO

O povoado de São Francisco das Chagas, popularmente conhecido por “Careço”, pertence ao município de Ervália, Minas Gerais. Desse modo, Careço é um pequeno povoado, localizado na zona rural de Ervália, Zona da Mata mineira. Sua distância com relação à cidade é de, aproximadamente, dezoito quilômetros. A comunidade possui duas praças, uma quadra poliesportiva, sistema de energia elétrica. O sistema de água no patrimônio fica sob a responsabilidade da prefeitura. E conta também com telefones públicos e alguns telefones residenciais.

O comércio local é bem diversificado: padarias, mercearias, lojas, bares, loja de móveis, agropecuária/loja de material de construção, entre outros.

Sr. José Simões de Almeida Moita foi um dos principais colonizadores do distrito do Careço. Em meados de 1850, proveniente da localidade de Moita (Portugal), veio para o Brasil para ser encarregado de ferrovia na cidade de São Geraldo. Devido a desentendimentos entre seu avô e a administração da construção da estrada de ferro, Sr. Moita foi forçado a procurar outra atividade. Segundo Dona Maria Ribeiro Soares, a Dona Maricota, foi através de amizade com o Sr. Luiz Lopes, irmão da avó dela, que Sr. Moita soube das terras aqui na região do Careço e logo se interessou por elas. Na propriedade que Sr. Moita adquiriu, a Fazenda Sapateiro, implantou comércio varejista de secos e molhados e também desenvolveu no local atividades como agropecuária, dando início a um segundo período de urbanização do local.

Quando chegou a estas terras, Sr. Moita trouxe consigo uma companheira de Coimbra, Dona Emília Sabino da Costa. Moravam em um casarão de 14 cômodos, no qual recebiam as pessoas carentes da região, e também o Monsenhor Rodolfo, que vinha até a região para celebrações religiosas. Com o passar do tempo, a pedido do Monsenhor Rodolfo e em celebração por ele presidida, Sr. Moita e Dona Emília oficializaram a união, no Careço.

Dona Emília era tratadeira das pessoas carentes da região, como uma espécie de enfermeira leiga e voluntária: Sarava as pessoas com ervas, azeite, mel. O casarão do casal funcionava como assistência social, casa paroquial e hospital do Careço.

Em viagem à Portugal, diga-se de passagem, que ela fez com que Sr. Moita se ausentasse seis meses do Careço, algumas pessoas daqui recebiam presentes valiosíssimos. Dona Maricota e outras pessoas ganharam dele cordões de ouro de três voltas.

Sr. Moita e Dona Emília eram pessoas muito generosas. Como não tinham filhos, começaram a cuidar das pessoas da região. Dona Maria Lopes, a Mãe Lina, foi a primeira pessoa que teve a proteção do casal. Os filhos dela herdaram mais que isso, as terras. Quando Sr. Moita resolveu doar suas terras aos seus filhos de coração, trouxe, no Careço, um escrivão de Viçosa. Nesta época, Ervália pertencia à comarca de Viçosa.

Sr. Moita faleceu em dezoito de maio de 1929. Sua fotografia se encontra na residência de Dona Maricota e é reverenciada pelos seus descendentes.

Por mais que seja comum nos vilarejos, a comunidade do Careço não possui campinho de futebol. Sendo assim, as opções de entretenimento da comunidade ficam a cargo dos eventos promovidos pela escola. Talvez esse seja o motivo da expressiva participação da comunidade escolar nos eventos promovidos, o que não é tão expressivo quando a escola convoca para reunião de pais, por exemplo.

Fotografia 1 - Serras do Careço



Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

## 2.2 A ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS E SEU FAZER PEDAGÓGICO

A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas é classificada como escola do campo, de acordo com o disposto no Decreto nº7.352, artigo 1º, parágrafo 1, inciso II, no qual se reza que escola do campo é “aquela situada em área rural”, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou “aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo”. Tal classificação, sendo o IBGE um Instituto de nível nacional, vai de acordo com as definições de escola rural do estado e do município (IBGE).

A referida escola conta com um quadro muito reduzido de funcionários efetivos: apenas quatorze em um total de aproximadamente sessenta. Tal situação colabora para a grande rotatividade do quadro de docentes e também de especialista da educação básica a cada contrato anual, fragilizando de sobremaneira os esforços por uma gestão consistente e com estratégias de prazos mais longos. A rotatividade existe devido a alguns fatores. Um deles é o fato do número reduzido de efetivos. Os contratados são, em sua maioria, moradores da zona urbana. A escola fica na zona rural, dessa forma, a estrada de ligação até a escola é precária, com poeira em tempos de seca e lama em época de chuva. Não há sistema de transporte coletivo para fazer o trânsito, assim, a esse tipo de dificuldade agregam-se outros, tais como currículos focados em escolas urbanas, não atendendo às especificidades do alunado da escola de campo, problemas relacionados à evasão escolar, quer seja por motivo de trabalho rural, ausências sazonais para plantio ou colheita e, até mesmo, evasão definitiva por motivo de casamento precoce de alunas. Quando a rotatividade se torna alta e frequente, como é o caso da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, deixa os gestores em estado de alerta, pois o trabalho da escola fica estagnado. Diversos profissionais passam pelo mesmo cargo sem que haja um progresso significativo para a organização pedagógica da escola.

A escola é a única instituição pública no município de Ervália que atende todo Ensino Fundamental e Médio. Além de ceder uma das salas do seu prédio para a rede municipal para funcionamento da Educação Infantil, possui também uma sala de recursos e quatro turmas da Educação Integral e Integrada.

As turmas de Educação Integral e Integrada possuem aulas dentro dos Macroeixos Acompanhamento Pedagógico, Educação para a Cidadania, Educação Ambiental e Agroecologia. Dentro dos Macroeixos são ofertadas oficinas de Orientação de Estudos,



Oficinas e Reciclagem, Brinquedos Ecológicos, Teatro, Artesanato Popular, Educação para o Consumo e Participação Social e Política.

O prédio escolar da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas possui oito salas de aula internamente distribuídas em três pavimentos térreos. As turmas da Educação Integral e Integrada funcionam em ambiente externo. No turno da manhã, funcionam 06 salas de aula do sétimo ano até o nono e também o Ensino Médio, e à tarde, 07 salas de aula do primeiro ao sexto ano do Ensino Fundamental, e também uma sala de Pré-Escolar sob responsabilidade da Prefeitura. Já a sala de recursos funciona em dois turnos, e à noite funciona uma turma de EJA (Educação de Jovens e Adultos) de Ensino Médio.

É relevante considerarmos que a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, objeto deste estudo, não foge à experiência comum às escolas rurais, de sobrevalorização do urbano, seja nas práticas pedagógicas, seja na utilização de materiais didáticos e outros meios. Lidar com essa questão tem sido um grande desafio desde que a autora começou a atuar naquela escola, como gestora, no início do ano de 2012. Percebo que isso acontece por vezes pelo fato dos professores muito se apoiarem em livros didáticos, que não estão adaptados à realidade das escolas do campo. Planejamentos baseados apenas nos livros não estão adaptados à realidade vivida pelos alunos moradores da zona rural.

Na tentativa de diminuir a sobrevalorização do urbano, a escola tem promovido eventos que buscam valorizar a cultura e a história local. O Projeto Educação Integral e Integrada, por exemplo, oferece oficinas de Reciclagem e também de Brinquedos Ecológicos. Dos 354 alunos da escola, cem deles frequentam a escola em contraturno, diariamente, participando das aulas da Educação Integral e Integrada. Eventos como Feiras de Ciências e Feiras Culturais sempre abordam temas ligados à realidade na qual a escola está inserida, como, por exemplo, “*A saúde através dos produtos naturais*”. Nesse mesmo sentido, a direção tem procurado realizar ações como visitas domiciliares e eventos que põem em relevo aspectos do campo e da cultura local.

Em 2016, realizou-se um evento no qual os pais e familiares participaram como protagonistas com a publicação do livro e do DVD intitulados “*Do lado de cá da serra, saberes e sabores do Careço e imediações*”, em que a história da comunidade, da escola, a geografia, cultura e hábitos locais foram apresentados. Como relatado por uma das participantes, “*este projeto propiciou uma interação prazerosa entre escola e comunidade (...), pois ofereceu a oportunidade para a população relembrar, divulgar e se orgulhar de suas origens*”.

### 2.3 GESTÃO DA ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS

O povo do Careço sempre se preocupou muito com a educação local. Antes de existir a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, alguns moradores como Sr. Sebastião Canuto de Paiva, Sr. Sebastião Martins de Paiva, Sr. Gabriel Alves, entre outros, não mediram esforços até conseguir uma professora que viesse alfabetizar as crianças da comunidade. E foi assim que Dona Lourdes Fonseca chegou até a comunidade do Careço. Antes de Dona Lourdes, algumas pessoas da região contratavam pessoas leigas, mas com algum tipo de instrução, para alfabetizar os filhos em casa. Sr. Antônio Januário era uma dessas pessoas.

Dona Lourdes recebeu dos moradores do Careço uma casa que servia, além de moradia, como escola e casa paroquial. Estava ali instalada, pelos moradores do Careço, a Escola Rural Mista. Os alunos de Dona Lourdes aprendiam a ler as cartilhas e aqueles que se sobressaíam, passavam a estudar o Livro Manuscrito. Aquele que conseguisse terminar o Livro Manuscrito podia se considerar totalmente alfabetizado, com escrita e leitura perfeitas. Infelizmente, não há registros formais da escola que funcionava nesta casa, a não ser os relatos dos moradores, ex-alunos de Dona Lourdes.

Dona Lourdes não separava os alunos por série, todos tinham aula ao mesmo tempo, em um mesmo cômodo da casa. Não tinham merenda, pelo menos nos primeiros anos de funcionamento. Sr. Tito, aluno dessa época, diz que só no final do ano era servido um bolo. A ocasião era muito esperada por eles, e esse bolo era motivo de grande festa para os alunos de Dona Lourdes.

Essa casa-escola funcionou de 1935 até 1965, época em que foi construído prédio próprio para a escola. As matrículas eram muitas e a casa de Dona Lourdes já não comportava tantos alunos. A casa do Sr. Sebastião Canuto também serviu de escola até que o prédio ficasse pronto. Já em prédio próprio, a escola recebeu o nome em homenagem ao santo padroeiro São Francisco das Chagas. Por falha de impressão no ato da publicação no Diário Oficial de Minas Gerais, a escola foi nomeada Escola Estadual Dom Francisco das Chagas e assim permanece até os dias de hoje.

A escola recebeu o termo de instalação e exercício aos vinte dias do mês de outubro de 1965, sendo Dona Lourdes Fonseca a responsável por seu funcionamento. Em 1967, Dona Graça Fernandes passa a ser coordenadora, e depois diretora, até o ano de 1987. Na gestão de Dona Graça, mais precisamente no ano de 1985, a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas foi contemplada com a extensão de série, sendo ela a única escola rural de Ervália a conseguir

este feito. A Carminha Massensini, Carminha Castro e Helena Alves chegaram a substituir Dona Graça em algumas licenças.

Depois do afastamento de Dona Graça, Carminha Castro ficou por alguns meses na direção. Terezinha Nacif foi a próxima diretora, ficando no cargo, que na época era por indicação, de 1987 até 1990, época em que se afastou para aposentadoria. Assim, após o afastamento de Dona Terezinha, a escola teve como diretoras substitutas Sueli Maria Roberta de Lima Andrade e Maria Inês Dias Paes. Madalena Barud foi a próxima diretora, e também a primeira diretora eleita pela escola, na qual permaneceu na direção de 1992 até 1997, época em que também pediu afastamento para aposentadoria.

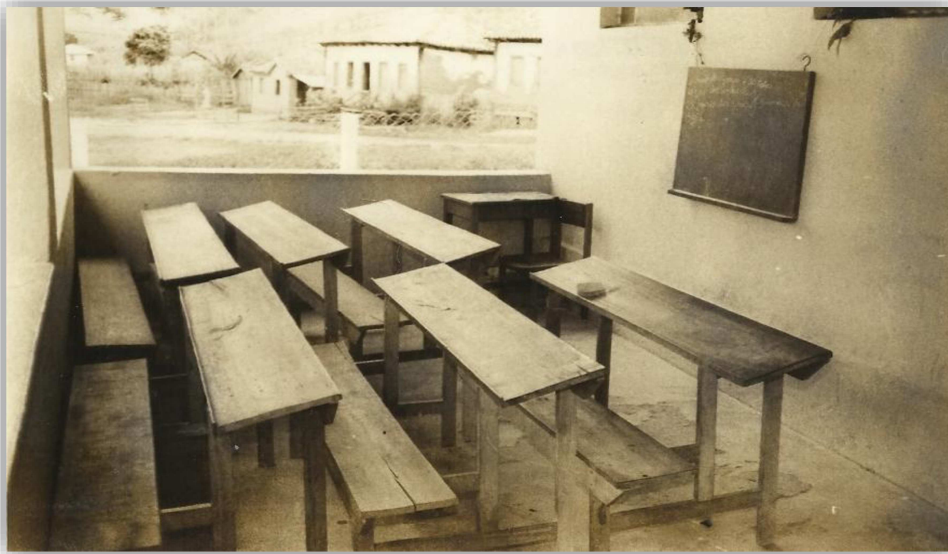
Em seguida, foi eleita diretora Sônia Fernandes, que ficou de 1997 até 2004. Maria José Castro foi a próxima eleita, ficando de 2004 a 2007. Emília Castro vem em seguida, ficando pouco tempo na direção, cerca de nove meses. Abriu mão do cargo para tomar posse em cargo de escriturário do Banco do Brasil. A direção ficou com Dona Maria do Rosário, que permaneceu no cargo até janeiro do ano de 2012. Atualmente, Silvete Mileia Ferreira é a diretora da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas. Vale ressaltar que de 2012 até 2018 a escola em questão praticamente dobrou o número de alunos em seu quadro. A implantação do Ensino Médio e da EJA contribuíram para essa ampliação dos discentes. Segundo dados do Simade, em 2012 a escola contou com 209 matrículas. Em 2018, o número de matrículas subiu para 375. Com relação à Educação Integral e Integrada, as matrículas subiram de 50 para 100 no intervalo de tempo citado.

A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas se iniciou em uma casa improvisada e, com o passar do tempo, foi ampliada. A princípio, o intuito era alfabetizar as crianças da comunidade, mas depois acabou se transformando em escola, com oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Eram apenas duas salas de aula e, com o aumento da demanda, as aulas passaram a ser dadas também na varanda da escola. A comunidade se organizou e construiu um pavimento com quatro salas de aula. Em 2018, existem três pavimentos na escola. No primeiro pavimento funcionam duas salas de aula, biblioteca/sala de computação, banheiro de professor, banheiro adaptado, banheiro feminino. No segundo pavimento funcionam quatro salas de aula e sala de recurso. No terceiro pavimento funciona a secretaria/diretoria da escola, banheiro da secretaria, banheiro masculino, refeitório, cozinha, dispensas, sala de professores, uma sala de aula e um beco ocioso que por força da comunidade será transformado em espaço útil, que é a sala dos professores.

Em 2019, a escola teve demanda de mais uma turma no turno da tarde. O espaço onde funcionou a sala de recurso em 2018 virou sala de aula do regular, a sala dos professores se

transformou em sala de recurso e o beco ocioso se transformou em sala dos professores. A escola conta também com horta, que é cultivada pelos alunos da Educação Integral e Integrada e pelos ajudantes de serviços gerais da escola.

Fotografia 2 - Sala de aula improvisada na varanda, anos 70



Fonte: Acervo de moradores do Careço

Fotografia 3 - Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, anos 80



Fonte: Acervo de moradores do Careço

Fotografia 4 - Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, 2012



Fonte: Arquivo pessoal, 2012

## 2.4 ATUAL GESTÃO

Em 21 de janeiro de 2012, tomei posse como diretora na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas. Nasci em Santo André, Estado de São Paulo, em 13 de abril de 1980. Sou filha de mineiros que se deslocaram para São Paulo no final da década de 1970 em busca de melhores condições de vida. Ao final do ano de 1988, minha família retorna às origens, mudando-se para Minas Gerais, após ter conseguido comprar um sítio na zona rural de Ervália, município de onde haviam partido. Na comunidade rural onde morava, só existia oferta do Ensino Fundamental para os anos iniciais. E por isso ia parar de estudar na quarta série. Minha família não tinha condições de bancar os custos para prosseguimento dos estudos. Teriam que alugar casa na cidade para que eu frequentasse a escola, tendo em vista a distância entre a residência e a escola da cidade. Para isso, faltavam recursos financeiros por parte da família.

As professoras que trabalhavam na escola da zona rural chamaram meus pais e insistiram com eles para que eu continuasse a estudar porque eu era muito inteligente. A solução encontrada por eles foi me deixar morar em casa de parentes, na qual, com dez anos de idade, trabalhava nos afazeres domésticos em troca apenas do prosseguimento dos estudos. Com a cultura de criar as filhas para casar, os meus pais queriam que eu parasse de estudar na 8ª série.

Entretanto, um professor da escola da cidade se deslocou até minha residência e pediu à minha família que não permitisse a interrupção dos meus estudos. Logo, foi possível eu concluir o Ensino Médio, com o técnico em Magistério, em 1997. Os estudos parariam por aí, mas um possível casamento que não deu certo por causa da desistência do rapaz, fez com que eu prosseguisse mais um pouco.

Formei-me em Magistério em 1997, mas com uma reforma do ensino que se iniciou em 1996, voltei a estudar no ano seguinte ao de minha formatura, fazendo novamente o segundo ano do Ensino Médio dentro de uma perspectiva de ensino para formação geral. A reforma na educação que aconteceu em 1996, foi voltada para políticas neoliberais de ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 foi elaborada e promulgada. Além disso, foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) e o Decreto nº 2.208/1997, os quais representaram o grande marco normativo dessa reforma. Com isso, a modalidade técnica do Ensino Médio foi reduzida da rede pública e passou-se a ofertar o Ensino Médio com um caráter de formação geral. Devido a essa transição de modalidade de Ensino Médio, voltar a estudar foi a solução encontrada por minha família para que o peso de não ter conseguido me casar aliviasse um pouco. Neste ano em que voltei para a escola (1998), a diretora da escola, precisando de professor substituto, me orientou a conseguir uma autorização para lecionar, e com ela em mãos, iniciei minha carreira como professora. Ao receber meu primeiro salário, fiz inscrição para o vestibular e passei na Universidade Federal de Viçosa: ingressei no curso de Letras. Para isso, tive que morar na zona urbana de Ervália e me sustentava com aulas particulares e alguns contratos temporários quando surgia alguma substituição nas escolas de Ervália. Me graduei em março de 2003. Em 2007 me tornei efetiva através de concurso público como professora de Língua Portuguesa na Escola Estadual Professor David Procópio, zona urbana do município de Ervália. Em 2011 surgiu a oportunidade de me candidatar à direção da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, que por ser uma escola de zona rural, com um público com a qual se identificava, foi motivo de muito entusiasmo de minha parte. Assumi a direção em janeiro de 2012, tendo sido eleita novamente para um segundo período de gestão em 2015. Agora em 2019, fui novamente indicada para assumir mais um período, sendo este o terceiro consecutivo.

No início de minha gestão em 2012, a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas contava com aproximadamente 200 alunos e ofertava o Ensino Fundamental na modalidade regular, com duas turmas de Educação Integral e Integrada pertencentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental e uma turma do Pré-Escolar. Em 2014 foram iniciadas turmas na

Modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), possibilitando às pessoas que pararam de estudar a retomada dos estudos. Neste mesmo ano, a Educação Integral e Integrada passou a ser ofertada para os anos finais do Ensino Fundamental e a escola passou a ter quatro turmas na modalidade. Em 2015, a escola abriu uma sala de recursos para atendimento a alunos especiais. Em 2016, começou a ofertar o Ensino Médio, já iniciando com três novas turmas (primeiro, segundo e terceiro anos). Com todas essas turmas em funcionamento em 2018, o número de alunos na escola, segundo o SIMADE, passou a ser de 379 alunos, sendo ela a única escola pública de Ervália com oferta de todo Ensino Fundamental e Médio, bem como a Educação Integral e Integrada para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Durante este período, algumas produções literárias foram produzidas pela escola, como será exposto na próxima seção.

## 2.5 PRODUÇÕES LITERÁRIAS DA ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS

Os moradores do Careço sentem orgulho de suas raízes com relação à formalização da educação local, repassando boca a boca as histórias dos primeiros habitantes da região, da primeira professora, da implantação da escola. Em 2012, a pesquisadora começou a trabalhar na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas. Era sua primeira experiência como gestora de uma escola. Ao iniciar seu contato com os alunos e com a comunidade local, percebeu como os moradores tinham prazer em contar suas memórias e como eles valorizavam aquele lugar. Historicamente, eles valorizam muito a educação formal, o que não é muito comum nos pequenos arraiais, como Careço, onde todos sobrevivem da lavoura e do trabalho braçal. O motivo se deu desde a década de 1930, em que os moradores locais, insatisfeitos por suas crianças não serem alfabetizadas, se organizaram e buscaram em outro município uma professora que lecionasse na comunidade. Em vista disso, deram a ela e à sua família casa e meios de sobrevivência, para que a mesma ficasse por conta do ofício.

Ao descobrir a história da primeira professora e tantas outras, surgiu a ideia de reunir todas elas em um projeto com culminância em uma Feira Cultural, na qual foi apresentado à comunidade o livro intitulado *Do lado de cá da Serra: Saberes e Sabores do Careço e imediações*. O livro foi uma tentativa de resgatar e divulgar a cultura local do Careço e imediações. Para atender esse propósito foram feitas várias entrevistas com os moradores, além de pesquisas, coletas de documentos, fotos, entre outros.



Todo o trabalho foi desenvolvido por alunos, monitorados pela direção e docentes. O projeto propiciou uma interação prazerosa entre escola e comunidade, principalmente para a execução do livro, pois ofereceu para a população a oportunidade de lembrar, divulgar e se orgulhar das origens. O livro reúne histórias dos primeiros colonizadores, antigas parteiras, origem e evolução da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, com trajetória de todas as diretoras e seus legados, políticos da comunidade, comércio, festas tradicionais, culinária, esporte, recreação e turismo.

No dia da Feira Cultural, houve a apresentação do livro e várias pessoas citadas nele compareceram à feira e foram homenageadas. Por ocasião, os alunos do tempo integral entoaram o Hino de Louvação ao Careço, composto por uma das ex-diretoras há quase três décadas.

A Feira Cultural trouxe à tona o resgate e preservação de memórias da comunidade do Careço. Foi um trabalho gratificante para toda a equipe da escola e também gerou um impacto muito positivo na comunidade, com os moradores se sentindo valorizados e orgulhosos. Os alunos puderam conhecer e divulgar suas raízes, aproximando-se do passado no tempo presente. No ano seguinte ao da elaboração do livro, um vídeo com entrevista de moradores também foi produzido por alunos do Tempo Integral. Na tentativa de adaptar o currículo da escola à sua realidade campesina, a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas tem essas produções literárias. O livro *Do lado de cá da Serra: Saberes e Sabores do Careço e imediações* tem um conteúdo histórico, geográfico e cultural da comunidade e entorno, pois conta a história da colonização do povoado e também de construção da escola. Foi publicado em 2012. Em 2013 os alunos da Educação Integral elaboraram um vídeo que foi disponibilizado no Youtube<sup>1</sup>.

Fotografia 5 - Alunos se preparando para a Feira Cultural, 2012



Fonte: Arquivo pessoal, 2012

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t3WRoIDNSZ>. Acesso em: 05/09/2018.



Fotografia 6 - Uma das primeiras diretoras da Escola Estadual Dom Francisco e a primeira serviçal



Fonte: Arquivo pessoal, 2012

Em 2016, os alunos da Educação Integral e Integrada construíram o livro *Na Roça do Barnabé*, o qual fala dos perigos causados pelo agrotóxico. A história e as ilustrações do livro foram produzidas pelos próprios alunos, assim como a dramatização, que também foi elaborada por eles. O livro foi uma tentativa de adaptação de currículo, pois retrata a vivência deles, tendo em vista a lida dos familiares com os agrotóxicos para tratar das lavouras de café.

## 2.6 O FAZER PEDAGÓGICO E SUAS MÚLTIPLAS ESTRATÉGIAS

Um dos maiores problemas enfrentados pela escola, atualmente, é a falta de motivação dos alunos em relação às aulas, uma vez que eles vivem e convivem em um mundo das mais variadas transformações, no âmbito socioeconômico, tecnológico, político, entre outros, e vão para a sala de aula imbuídos dessas mudanças. Em sua maior parte, não encontram, na escola, um ambiente agradável, motivador, incentivador que lhes dê vontade de estudar. Por vezes acontece a evasão escolar que pode ser provocada por fatores socioeconômicos, culturais, educacionais, históricos e, ainda, segundo os resultados, os fatores que levam a isso podem ser: o trabalho que é o principal motivo, filhos é o segundo, dificuldade de concentração, gravidez, influência dos colegas, certeza da reprovação, dificuldade financeira e entre outros. Os professores justificam o trabalho como principal motivo da evasão devido ao cansaço e desânimo para frequentarem as aulas, a falta de apoio familiar, falta de interesse dos alunos e problemas familiares (RESENDE, 2011, p.22). Nas palavras de Lara, “(...) a escola liga-se,

*pois, a disciplina, silêncio, estudo. Estudo em latim significa esforço. E aqui já começa o perigo dos alunos não se sentirem tão eufóricos”* (LARA, 2003, p.30).

Segundo Assman, um fazer pedagógico tem que ter fascinação e inventividade. Ofertar uma dose de entusiasmo para que o processo de aprender ocorra numa mistura de todos os sentidos, porque aprendizagem é, antes de qualquer coisa, um processo corporal. O conhecimento tem uma inscrição corporal, portanto, deve ser acompanhado pela sensação de prazer (ASSMAN, 1998).

Sabe-se que, para construir conhecimento, é necessária uma relação intrínseca do sujeito aprendente com o seu objeto de conhecimento, exigindo que os professores sejam mediadores da aprendizagem.

Não existe mais espaço para aulas focadas apenas no quadro de giz/pincel e no livro didático. É de suma importância que os professores utilizem outras ferramentas pedagógicas para tornar o ensino aprendizagem atraente, prazeroso e – o mais importante – relacionado ao cotidiano dos alunos.

O ensino deve, portanto, pautar-se em apresentar estratégias diferenciadas que venham colaborar para tornar o processo de aprendizagem mais interessante.

A sala de aula não pode ser o limite, nem para o professor, muito menos para o educando. O mundo que queremos mostrar ultrapassa os muros da escola. Dessa forma, o professor precisa trabalhar o conteúdo sob três aspectos: conceitual, procedimental e atitudinal. O objetivo precisa ser estudar uma situação real do cotidiano. É nesse contexto que a interdisciplinaridade ganha seu mais profundo sentido, assim como ela se constitui num dos maiores desafios para a educação contemporânea, no esforço de abandono da fragmentação (multidisciplinar) no ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) destaca para a necessidade de uma reforma em todos os níveis educacionais. Nesse contexto, a interdisciplinaridade é considerada o eixo articulador que estrutura as áreas do conhecimento e responsável, dentre outros princípios, por uma melhor compreensão da realidade, dentro de suas relações pessoais e em sua complexidade no que se refere aos fenômenos naturais, sociais e culturais. Percebe-se, porém, que a múltipla realidade da sala de aula ainda não é aproveitada no aprendizado, uma vez que ele parte de um conhecimento já estipulado. Essa falta de interação nas aulas e as decorrentes dificuldades que os alunos apresentam também estão vinculadas à inexistência da interdisciplinaridade na escola, consequência de um ensino cada vez mais fragmentado.

Os professores do século XXI podem utilizar as várias mídias a favor de seu fazer pedagógico, tais como: música, teatro, dramatização, maquetes, quadrinhos, charge, cartum,

TV/vídeo, fotografia, jogos (como o quiz, da memória, do tabuleiro e outros mais), a fim de ofertar, além de saber, sabor nas suas aulas.

A educação lúdica, na sua essência, além de contribuir e influenciar na formação da criança e do adolescente, possibilitando um crescimento sadio, um enriquecimento permanente, integra-se ao mais alto espírito de uma prática democrática, enquanto investe em uma produção séria do conhecimento. A sua prática exige a participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a interação social e tendo em vista o forte compromisso de transformação e modificação do meio (ALMEIDA, 1998, p.41)

Segundo Costa, várias são as vantagens de se utilizar a música devido à pluralidade de assuntos abordados, tais como: violência, guerras, conflitos raciais, fome, falta de infraestrutura nas cidades, belezas naturais, como também degradação ao meio ambiente, os quais são temas abordados por vários compositores (COSTA, 2002). Na mesma medida, aponta Ferreira:

(...) a persuasão e a eficiência da música no ensino não se questiona, mas, além de tal técnica de ensino nunca ter sido formalizada, a não ser com relação a alunos com algum tipo de deficiência, não devemos nunca esquecer que a música, nem por sonho, restringe-se apenas a isso. Trata-se de uma arte extremamente rica e que dispõe de farto e vasto repertório acessível em qualquer lugar do nosso planeta (...) (FERREIRA, 2010, p.26)

Continua Ferreira:

A principal vantagem que obtemos ao utilizar a música no ensino de uma disciplina é a abertura, poderíamos dizer assim, de um segundo caminho comunicativo que não o verbal – mais comumente utilizado. Com a música, é possível ainda despertar e desenvolver nos alunos sensibilidades mais aguçadas na observação de questões próprias à disciplina alvo. [...] A música é, por essa razão, um tipo de expressão humana dos mais ricos e universais e também dos mais complexos e intrincados. Portanto, valerá muito ao professor dedicar-se ao seu estudo, procurando compreendê-la em sua amplitude, desenvolvendo o prazeroso trabalho de sempre escutar os mais variados sons em suas combinatórias infinitas, com “ouvidos atentos”, e também ler o que for possível a respeito (FERREIRA, 2010, p.13-14)

Observa-se, também, que o trabalho com maquetes proporciona um ganho real para a aprendizagem em todas as disciplinas.

Lassan afirma:

O trabalho com maquete é uma representação de um objeto real. A criança que usa uma pedra como carrinho de corrida transforma-a na maquete de um carro. Na escola, a fase de construção da maquete, raramente, é explorada na extensão de seu potencial didático (LASSAN, 2009, p.42)

A fotografia é outra poderosa ferramenta de ajuda no ensino, uma vez que é de fácil manuseio e obtenção. Oferece margem para trabalhar temas e conceitos importantíssimos como a paisagem, o território e o espaço geográfico – e suas dinâmicas.

Utilizar-se do teatro por possuir uma linguagem interdisciplinar é outra ferramenta pedagógica importante, uma vez que possibilita trabalhar diferentes temas para diferentes públicos.

O cartum, a charge e os quadrinhos, por retratarem muitas situações que podem ser analisadas em várias escalas (local, regional, nacional ou mundial), é um recurso didático muito eficiente, uma vez que gera discussão e reflexão, tornando a aula mais receptiva e agradável (SILVA, 2007, p. 42).

Imagem 1 - A força do recurso didático



Fonte: Google Imagens, 2018

Em uma sociedade como a nossa, outro recurso alternativo para as aulas das disciplinas em geral é a mídia televisiva (TV/vídeo), pois está presente em praticamente todos os lares, tornando muito fácil o seu acesso, e nos ofertando uma grande quantidade de informações. Cabe, no entanto, ao professor analisar/filtrar criticamente as informações para não levar os alunos à alienação. De acordo com Assmann, *“A escola pode e deve aprender muita coisa com a mídia e usá-la como parte constituinte da construção do conhecimento e não apenas de forma instrumental e adicional”* (ASSMANN, 1998, p.233).

O jogo também nos oferta inúmeras opções de trabalho. Não o jogo pelo jogo. Mas ajustando-se o jogo ao conteúdo adequado, os alunos poderão trabalhar em situações altamente motivadoras, principalmente quando aplicado a conteúdos de difícil assimilação.

Em síntese, se tais linguagens forem empregadas de forma planejada e com objetivos bem definidos, não de tornar as aulas mais interessantes, divertidas, prazerosas, dinâmicas e, como consequência, produzirão alunos mais participativos e integrados ao processo de ensino aprendizagem.

## 2.7 RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA

Independente da estrutura familiar ou da maneira como as crianças são educadas, são primordiais a participação e a presença dos pais no âmbito escolar, uma vez que colabora, incentivando os educandos e complementando/integrando, assim como o trabalho realizado em sala de aula.

O incentivo vindo da família é importantíssimo, uma vez que demonstra o quanto ela respeita e valoriza o ensino. Capeletti, Jacks e Keller afirmam que:

(...) em geral, as crianças que aprendem com mais facilidade são aquelas que têm pelo menos um membro da família que investe nelas. [...] percebe-se, nessas crianças, mais desejo de aprender e mais coragem, autoconfiança. Assim, por exemplo, a colaboração dos pais nas lições de casa faz com que a criança sinta-se motivada, segura e, conseqüentemente aprenda com mais facilidade (CAPELETTI; JACKS; KELLER, 2005, p.202)

Dessa forma, escola e família devem assumir-se como parceiras na educação das crianças, trabalhando lado a lado, pois, como destaca Tezolin “(...) se faz necessário que a escola e os pais se unam em busca dos mesmos objetivos, abrindo as portas à cooperação e a co-responsabilidade na formação da criança” (TEZOLIN, 1995, p.75).

Isto reforça a noção de que uma precisa da outra; assim, usando-se o diálogo, a troca de ideias e a ajuda mútua, fica muito mais fácil resolver qualquer entrave, quer seja relacionado a aprendizagem ou a indisciplina. Assim, família e escola estarão trilhando seus caminhos tendo como norte um mesmo objetivo: oferecer educação de qualidade e mais, qualidade para todos.

Diesel & Silveira enfatizam:

É imprescindível o intercâmbio entre o lar e a escola, segundo lar de nossos filhos. Essa troca de ideias, de experiências, revelará o verdadeiro caminho, um regime de ajuda mútua, num dar e receber contínuo, provocando a coerência na educação proporcionada pela família e pela escola (DIESEL; SILVEIRA, 2002)

Cabe, portanto, a todos os envolvidos no âmbito escolar propor projetos, campanhas, palestras, cujo objetivo seja trazê-los para dentro da escola, pois tanto a escola precisa da família, quanto a família precisa da escola. Se fosse feito esse trabalho em conjunto, com certeza conseguiríamos “(...) educar para mudar”. (MARQUES, 2004, p.48).

Essa mesma ideia é reforçada por Tiba, quando diz que “só quem se sente pertencendo a um time o defende com unhas e dentes. Assim são os pais e filhos que se sentem pertencendo a uma escola, todos formam um time afetivo e eficiente” (TIBA, 1998)

Família e escola, portanto, necessitam aproveitar todos os momentos/situações para firmarem cada vez mais laços de parceria e colaboração, tendo o aluno por foco, para transformá-lo num cidadão crítico, consciente, sabedor de direitos e deveres.

## 2.8 RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO

Para exercer a função de professor na sociedade contemporânea, são imprescindíveis a reavaliação e a adequação da postura, além das práticas pedagógicas às novas realidades advindas com a era da informação e da comunicação, e os avanços científicos e tecnológicos agregados a essa evolução.

Isto significa, segundo Cury, dentre outras coisas, o professor da atualidade deve conhecer o funcionamento da mente humana e “(...) *os processos de construção da inteligência para encontrar as ferramentas necessárias e capazes de dar uma reviravolta na educação*” (CURY, 2012, p.58).

Outra questão relevante para a adaptação do papel do professor do século XXI, é uma revisão dos conteúdos escolares e, mais especificamente, da abordagem desses conteúdos, que deve ser provocativa, de forma a incitar a curiosidade e o interesse dos alunos.

Segundo Antunes, o professor deve levantar questionamentos em vez de responder diretamente as dúvidas dos estudantes, e cogitar possibilidades em vez de professar verdades absolutas e conceitos herméticos. Nesta mesma perspectiva, os alunos devem ser conscientizados de que o conhecimento no mundo atual é transitório e que a verdade de hoje pode deixar de ser em pouco tempo, caso um novo estudo científico a rebata. Além disso, o que se estuda na escola somente será assimilado pelo aluno se fizer sentido e tiver utilidade em sua vida cotidiana. Daí a importância de o professor buscar meios de articular conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo de sua existência com o mundo atual e de mostrar aos alunos as aplicações possíveis, reais e práticas do assunto abordado nas aulas (ANTUNES, 2012).

A relação aluno-professor também foi afetada pelas mudanças sociais. Devido ao fato de o aluno ter mais acesso às informações e de isso ter forte impacto na forma como as ligações cognitivas e emocionais se estabelecem em seu cérebro, o professor já não é mais o único a possuir o conhecimento, como antigamente, quando os saberes da sociedade eram restritos a uma pequena camada da população.

A criança e o jovem contemporâneos têm ao seu dispor uma infinidade de possibilidades para protagonizar a construção de seu conhecimento, mas precisam de orientação e

acompanhamento para que esse conhecimento seja fundamentado em bases sólidas, capazes de conduzir o aprendiz a um satisfatório desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Nesta perspectiva, o professor deixa de ser a figura onisciente, e passa a desempenhar o papel de mediador das informações e de guia nas relações cognitivas despertadas durante as aulas (CARDOSO; TOSCANO, 2011).

Atualmente, o aluno divide a responsabilidade de sua aprendizagem com a equipe escolar e tem a liberdade de interferir nos processos educativos de acordo com suas necessidades e interesses particulares. Nisto, mais uma vez a atuação do professor mediador se faz essencial, pois se essas interferências não respeitarem os critérios para o sucesso da educação escolar, os resultados podem não ser os esperados.

É preciso que o educador atue junto à capacidade do aluno de ler o mundo criticamente, de questionar e produzir conhecimento sobre o que se informa e de resolver problemas com base em decisões racionais e ponderadas, pois somente assim a docência exercerá sua real função na sociedade atual: a de formar cidadãos plenos de seus direitos, seus deveres e, sobretudo de sua capacidade de interferir no mundo, em sua comunidade e transformar sua vida e a de outras pessoas.

Segundo Pinheiro *et al*:

Para romper esse estigma, alguns professores buscam várias maneiras de renovar e inovar o ensino. Nas transformações por que passa a escola, com vistas à reformulação dos métodos educacionais, os materiais didáticos são de fundamental importância no trabalho do professor. Eles se constituem em instrumentos que possibilitam planejar boas situações didáticas, buscando promover a ampliação dos conhecimentos dos alunos, permitindo-lhes desenvolver conceitos, problematizar questões e articular conteúdos. Para isso, o professor deverá criar situações concretas de aprendizagem (PINHEIRO *et al*, 2004, p.104)

É necessário, portanto, que o professor seja um pesquisador, que se proponha a novas formas de (re)pensar, (re)criar sua prática, para fazer refletir na sala de aula o seu entusiasmo e sua motivação, levando os alunos a participarem desse processo que, além do saber, contenha principalmente sabor.

### 3 O PAPEL DOS ELEMENTOS VIABILIZADORES DA APRENDIZAGEM

Neste capítulo apresentaremos a análise dos dados da pesquisa de campo realizada na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas e como as informações obtidas propiciaram uma proposta pedagógica da referida escola. É pretensão que o projeto e demais ações escolares contribuam para garantir meios de oferta de educação de qualidade, dentro das especificidades da educação do campo.

Para tanto, o segundo capítulo abordará discussões sobre os achados da investigação, organizados por eixos investigativos, em que se articulam referenciais teóricos e os significados atribuídos pelos indivíduos pesquisados às práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição pesquisada.

#### 3.1 A EDUCAÇÃO E SEUS DESAFIOS: EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Observa-se, na literatura em estudo, que a educação rural brasileira foi criada/centrada nos interesses do capital, isto é, pela busca incessante do desenvolvimento do capitalismo no campo, e não no interesse em se buscar o desenvolvimento/melhoria da qualidade de vida dos sujeitos que vivem no campo. De acordo com Leite:

A Educação Rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação política ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isto é coisa de gente da cidade” (LEITE, 2002, p.14)

Assim, a educação rural contribuiu para que a população camponesa perdesse sua autonomia, ou seja, seus conhecimentos foram anulados em detrimento de um novo/estranho tipo de conhecimento que passou a incorporar a vida dos camponeses. Dessa maneira, a Educação Rural veio sendo formada

(...) por diferentes instituições a partir dos princípios do paradigma do capitalismo agrário, em que os camponeses não são protagonistas do processo, mas subalternos aos interesses do capital (FERNANDES, 2006, p.10)

Leite corrobora com a ideia elencada acima quando cita que não ocorreu uma efetiva adequação da escola para a realidade rural, uma vez que não se levou em conta que a “(...) educação é ampla, multifacetada, variável de conformidade com o ‘espaço’ humano racional em que é possível aflorar” (LEITE, 2002, p.28).



Dessa forma, uma das críticas que se fazem em relação à educação rural é em relação à postura da escola, uma vez que a mesma tinha por objetivo treinar o aluno ao invés de educá-lo e, esse treinamento atendia aos interesses impetrados pela elite.

Verifica-se que o termo “Educação do Campo” surgiu a partir de inúmeras discussões/sistematizações promovidas pelos Sem-Terra, mais precisamente no I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), que ocorreu em Brasília, no ano de 1997. Além do MST, participaram desse evento também mais cinco órgãos, a saber: a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Universidade de Brasília (UNB).

Dessa forma, Caldart cita que:

Foi inaugurada uma nova referência para o debate e a mobilização popular. Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural, pois a educação rural apresenta uma visão reprodutivista, sendo um espaço de produção econômica, a partir dos interesses do capital, excluindo os que não se incluem na lógica da produtividade (CALDART *apud* AMORIM; COSTA, 2000, p.4)

Ribeiro corrobora com a ideia acima elencada quando diz que a educação do campo foi:

(...) construída através de movimentos populares, organizados por movimentos de camponeses, onde lutam por uma educação escolar que articula o trabalho produtivo com a educação escolar, ambos baseados no princípio da cooperação e alicerçada na solidariedade daqueles que vivem no campo (RIBEIRO, 2012, p.12).

A Educação do Campo surgiu, portanto, demandada por uma mobilização dos movimentos sociais em busca de uma política educacional que atendesse às comunidades camponesas. Para tanto, foram elaboradas e implementadas reformas educacionais que originaram alguns documentos, entre os quais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), que contemplou as diversidades/singularidades do campo.

A LDBEN 9.394/96, em seu artigo 28, estabelece as seguintes normas para a educação no meio rural:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p.16).

Observa-se, portanto, que esse artigo 28 da LDBEN 9394/96 trouxe grandes avanços políticos/educacionais/culturais à educação no meio rural, uma vez que contemplou a oferta de educação básica para toda a população, conteúdos curriculares e estratégias pedagógicas

integradas aos interesses e necessidades dos educandos, bem como, oportunizou a flexibilização do calendário escolar de acordo com as demandas advindas da comunidade.

Para que a Educação do Campo se efetive de forma eficaz, ou seja, que atenda a seus objetivos, não pode deixar de cumprir, segundo Frigotto, com cinco compromissos essenciais. O primeiro compromisso é com os valores ético/morais que permeiam as relações humanas.

(...) a educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e apropriação de ‘saber social’ (conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses e necessidades). Trata-se de buscar, na educação, conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e envolvam a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais (FRIGOTTO, 2000, p.26)

Já o segundo compromisso, é com a cultura, seu resgate/perpetuação e sua recriação, tendo por base uma educação para autonomia a partir das ideias de Paulo Freire (FREIRE, 1997) e de Carlos Rodrigues Brandão (BRANDÃO, 1985).

Freire diz que: *“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e ao seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu eu e as suas circunstâncias”* (FREIRE, 1997, p.41).

Portanto, é necessário conhecer a realidade para poder intervir.

Brandão destaca também que, a partir de práticas educativas populares, os indivíduos tendem a buscar sua autonomia de forma conjunta, de maneira a partilhar saberes e fazeres, com o objetivo de, além de exercer sua cidadania, reconhecer-se como sujeito produtor de sua trajetória (BRANDÃO, 1985).

Segundo a antropologia, cultura tem a ver com a personalidade e a vida social da pessoa. Assim, cultura é definida como uma série de aspectos que impõem normas comuns de comportamento, identificando um ser ao grupo (SCHEIN, 1992, p.12). A respeito disso, argumenta:

Para nós, “cultura” não é simplesmente um referente que marca uma hierarquia de “civilização”, mas a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa. Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas (SCHEIN, 1992, p.123)

Depreende-se, portanto, que cultura significa tudo que inclui conhecimento, arte, crenças, lei, moral, costumes, hábitos e aptidões adquiridos pelo ser humano, não somente no seio familiar, como também na sociedade da qual faz parte como cidadão.

O terceiro compromisso é com a gestão da escola, especialmente com a democratização do espaço escolar. Isto engloba total participação da comunidade/educandos/educadores nas decisões e propostas pedagógicas pretendidas pela escola.

A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica aprendizado e vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão. Trata-se de um processo a ser construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino: municipal, distrital, estadual ou federal de cada escola (BRASIL, 2004, p.25)

Necessária, se faz, portanto, a criação de coletivos pedagógicos que, como bem diz a educadora Caldart, do Setor Educação do MST:

Uma das lições da nossa prática é a de que a transformação da escola não acontece sem a constituição de coletivos de educadores. Um educador ou educadora que trabalhe sozinho/a, jamais conseguirá realizar esta proposta de educação, até porque isso seria incoerente com o processo coletivo que a vem formulando. São precisos coletivos para pensar a continuidade da luta por escolas em condições adequadas, para organizar a Equipe de Educação do assentamento ou acampamento, para planejar formas de implementação das mudanças no currículo, para refletir sobre o processo pedagógico, para estudar, para planejar e avaliar as aulas, para continuar sonhando e recriando esta proposta. Em cada local o desafio é o de encontrar a melhor forma de constituir e fazer funcionar estes coletivos (CALDART, 2008, p.67)

O quarto compromisso está ancorado no que Delors, coordenador do Relatório para a Unesco da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI, no livro *Educação: um tesouro a descobrir*, aponta como principal consequência da sociedade do conhecimento a necessidade de uma aprendizagem ao longo de toda a vida, fundada em quatro pilares que são: *aprender a conhecer*, *aprender a fazer*, *aprender a viver juntos* e *aprender a ser* (DELORS, 1998):

- A) *aprender a conhecer*: (prazer de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento, curiosidade, autonomia, atenção);
- B) *aprender a fazer*: o importante hoje é saber trabalhar coletivamente, ter iniciativa, gostar do risco, ter intuição, saber comunicar-se, saber resolver conflitos, ter estabilidade emocional);
- C) *aprender a viver juntos*: a viver com os outros, compreender o outro, desenvolver a percepção da interdependência, da não-violência, administrar conflitos, descobrir o outro, participar de projetos comuns, ter prazer no esforço comum, participar de projetos de cooperação. Esta é a tendência. No Brasil, como exemplo, pode-se citar a inclusão de temas/eixos transversais (ética, ecologia, cidadania, saúde, diversidade cultural) nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que exigem equipes interdisciplinares e trabalho em projetos comuns;

D) *aprender a ser*: compreende o desenvolvimento integral da pessoa: inteligência, sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa. A aprendizagem precisa ser integral.

O quinto compromisso refere-se aos currículos escolares que devem ser, de acordo com a realidade, ou seja, que contemplem também as relações com o trabalho na terra. Deve compreender, portanto, a educação formal (escolarização) e a educação não formal (experiências populares), uma vez que, especialmente na Educação do Campo, todos são sujeitos construtores da História.

A escola necessária para fazer frente a essa realidade é a que prevê formação cultural e científica, que possibilita o contato dos alunos com a cultura, provida pela ciência, pela técnica, pela linguagem, pela estética, pela ética. Especialmente, uma escola de qualidade é aquela que inclui uma escola contra a exclusão econômica, política, cultural, pedagógica. Ela cumpre funções que não são providas por nenhuma outra instância, ou a de prover formação geral básica-capacidade de ler, escrever, formação científica, estética e ética, desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas, mas também os instrumentos conceituais para analisarem essa informação criticamente e darem-lhe um significado pessoal e social. A escola fará assim, a síntese entre a cultura formal (dos conhecimentos sistematizados) e a cultura experienciada (LIBÂNEO, 2013, p. 49)

Grandes são os desafios impostos à Escola do Campo, pois, além de clamar por uma escola de qualidade para todos, requer ainda uma transformação no sentido de inventar novas alternativas pedagógicas, a fim de se construir a verdadeira educação para a autonomia. De acordo com Arroyo, a escola deve:

(...) interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científicos técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade (ARROYO, 1999, p.27)

A lei nº 9394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 12º, trata dos deveres da família como uma das responsáveis pelo desenvolvimento educacional da criança e do adolescente, bem como da escola na criação de processos de articulação com a família, mantendo-a informada sobre sua proposta pedagógica e outros elementos, como frequência e rendimento do aluno. Também destaca alguns princípios necessários no processo educacional:

Art. 2º: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno

desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996)

Desde o início do século XIX até os dias de hoje, a instituição família vem sofrendo grandes modificações. Um dos efeitos dessas mudanças é a tendência de a família relegar à escola a quase totalidade das funções educativas, como transmitir valores culturais e fornecer modelos de formação para as crianças e os jovens viverem socialmente. Instalou-se, assim, um conflito de expectativas na avaliação de responsabilidades entre família e escola. A família considera que, além do conhecimento da sala de aula, a escola precisa inculcar valores morais nos alunos. A escola, por sua vez, entende que valores e princípios vêm de berço e, portanto, é responsabilidade da família.

É razoável assumirmos, como educadores, que à escola compete tomar a iniciativa de reduzir distâncias e buscar pela responsabilidade compartilhada. Afinal, são inúmeros os compromissos inerentes à escola no ato de educar, até mesmo porque é esta a sua atividade-fim, tendo como objetivo maior a inserção social do indivíduo na formação humana. Assim, enquanto instituição formadora de cidadãos atuantes, a escola necessita ser capaz de construir coletivamente uma relação de diálogo e suporte mútuo. Nos momentos de interação entre escola e família, é preciso ter em conta que a capacidade de comunicação exige a compreensão da mensagem que o outro quer transmitir e, para isto, faz-se necessário o desejo de querer escutar o outro, a atenção às ideias emitidas e a flexibilidade para acolhê-las.

Também outro problema que parece contribuir para baixo estímulo dos estudantes ao prosseguimento da escolarização é o currículo, que pode não estar adaptado à realidade onde a escola está inserida: os docentes repetem as metodologias das escolas urbanas, sendo a escola do campo um espaço tão diferenciado. Para tanto, é necessário entender quais são as particularidades e especificidades da escola de campo.

### 3.2 ESCOLA DO CAMPO

No século XXI, a heterogeneidade se faz presente cada vez mais na sala de aula, uma vez que a escola, atualmente, é composta por grupos muito diferentes entre si: diferenças sociais, econômicas, religiosas, culturais, de gênero, étnicas, resultantes de necessidades especiais e outras. Nesse contexto, está a heterogeneidade da Educação do Campo. Ela nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, na qual o protagonista é o trabalhador do campo. Este fenômeno incide sobre a política de educação que visa os interesses sociais da comunidade camponesa. A Educação do Campo remete às questões que envolvem trabalho, cultura,

conhecimento, lutas sociais. É um conceito ainda em construção. Somente nos últimos tempos se criou um espaço formal para se discutir a elaboração de uma política nacional de Educação do Campo.

Verçosa cita que, *“Lutar pela equidade, valorizar as diferenças, também devem ser práticas da escola, pois não podemos crer que somos “todos iguais” e que dessa forma a felicidade pode ser garantida a todos”* (VERÇOSA, 2012).

Pérez também diz que:

Aprender a conviver exige, em suma, cultivar as atitudes de abertura, um interesse positivo pelas diferenças e um respeito pela diversidade, ensinando a reconhecer a injustiça, adotando medidas para superá-la, resolvendo as diferenças de maneira construtiva e passando de situações de conflito à reconciliação e à reconstrução social (PÉREZ, 2002, p.9)

A diversidade no Brasil existe devido a diversos fatores, incluindo a dimensão do território. Segundo Arroyo, *“o que se percebe é que a escola silencia quando se trata de uma educação voltada para outras culturas, religiosidades, memórias, identidades étnico-raciais e outras mais”* (ARROYO, 2007, p.82).

Dessa maneira, acaba-se também infringindo o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos que diz:

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade (ONU, 1948, 03)

A escola, por ser diversa, necessita que todos aprendam e exercitem o respeito com a diferença e com as/os diferentes, trabalhando com base num currículo que atenda a todos de forma igualitária. De igual forma, precisa criar parceria com a família, pois a participação dos pais na vida escolar dos filhos é fundamental para que estes se sintam apoiados, motivados em relação à aprendizagem e às vivências do dia a dia.

Sobre isso, discorrem Verrangia & Silva:

A escola não é a única instituição responsável pela educação uma vez que o processo de educar ocorre também na família, nos grupos culturais, nas comunidades, no convívio social proporcionado pelos meios de comunicação, entre outros (VERRANGIA; SILVA, 2010, p.710)

Assim, escola e família necessitam ser parceiras na educação das crianças, trabalhando lado a lado, pois como diz Tezolin (1995) *“se faz necessário que a escola e os pais se unam em busca dos mesmos objetivos, abrindo as portas à cooperação e a co-responsabilidade na formação da criança”* (TEZOLIN, 1995).

Além dessas discussões acerca da diversidade/inclusão presentes no âmbito escolar, outras considerações também se fazem necessárias em torno das propostas curriculares e pedagógicas, que visam a atender essas diferenças, como também a olhar especialmente para a Educação do Campo, corroborando, assim, com a promoção de uma educação de qualidade e mais qualidade para todos.

Lopes cita que *“a vivência do cotidiano escolar nos tem mostrado situações bastante questionáveis neste sentido. Percebe-se, de início, que os objetivos evidenciados nos currículos apresentam confusos e desvinculados da realidade social”* (LOPES, 2002). Entender essa temática é essencial para o presente estudo, uma vez que o objeto da pesquisa é uma escola pública da rede estadual, a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas e seu entorno, a comunidade do “Careço”, zona rural de Ervália – MG.

### 3.3 METODOLOGIA

O presente trabalho consistiu em uma pesquisa qualitativa e os instrumentos foram entrevistas com professores da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, de maneira a elucidar suas práticas pedagógicas e verificar se tais práticas corroboram com a temática da Educação de Campo. Por se tratar de uma abordagem de cunho qualitativo se apresentará

(...) com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação (MINAYO, 2008, p.14)

Ainda segundo Minayo (2008), a pesquisa qualitativa é a mais adequada quando se trata de investigações científicas de grupos, para setores delimitados e focalizados, também para apresentar aspectos sociais/relações, como também, para análises de discursos e documentos.

Portanto, para Minayo,

o método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2008, p.57)

A abordagem qualitativa se deu com a metodologia de estudo de caso que, segundo Yin, *“é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”* (YIN,

2005, p.32). A metodologia estudo de caso, completa esse mesmo autor, “necessita de engajamento, instigação e sedução” (YIN, 2005, p.197).

Para André, o que diferencia o estudo de caso de outros tipos de estudo é a “ênfase na singularidade, na particularidade” (ANDRÉ, 2005, p.52). Reconhece também essa mesma autora que, no estudo de caso é necessário um contato mais próximo e demorado entre pesquisador e/ou objeto, situação pesquisada. Dessa forma, esta pesquisa foi realizada na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, localizada no vilarejo conhecido por Careço/Ervália – MG, ambiente de trabalho da autora desse trabalho de pesquisa, tendo por escopo de pesquisa fazer imersão na realidade, intervir, a fim de buscar novos caminhos para uma educação de qualidade e mais, qualidade para todos.

André reitera que constituem instrumentos da metodologia do estudo de caso a observação, a entrevista, o questionário, a fotografia, os documentos, as anotações, como também, outras ferramentas (ANDRÉ, 2005, p.62). Dessa forma, essa pesquisa lançará mão da análise de documentos e de entrevista.

Para Fonseca, a pesquisa documental ou análise de documentos,

(...) trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p.32)

Assim, na análise de documentos, foram observados/utilizados àqueles que nos permitem compreender as concepções que norteiam o fazer pedagógico da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, como o projeto Político Pedagógico, currículo e outros mais.

Ribeiro trata a entrevista como sendo a técnica mais pertinente quando o pesquisador quer coletar informações a respeito de seu objeto, que possibilitam conhecer sobre atitudes/sentimentos/valores. Vai além, pois aponta certas vantagens na utilização da técnica da entrevista, tais como: “a flexibilidade na aplicação, a facilidade de adaptação de protocolo, viabilização na comprovação e esclarecimento de respostas, a taxa de resposta elevada e o fato de poder ser aplicada a pessoas não aptas à leitura” (RIBEIRO, 2012, p.141), fato este bastante considerável quando seu campo de trabalho está inserido em periferia/vilarejos.

Dessa forma, mediante os objetivos propostos por essa pesquisa, a entrevista foi utilizada a fim de obter dos sujeitos pesquisados, informações a respeito das ações pedagógicas da escola, campo dessa pesquisa e, para tanto, foram entrevistados professores, membros do Colegiado/Conselho de Classe, comunidade escolar. Ao todo, foram elencados os quatorze



professores efetivos da escola para participarem das entrevistas, porém apenas oito se propuseram a responder. Cinco simplesmente se negaram a participar da pesquisa e um dos professores alegou não se apropriar de conhecimentos para responder a questões ligadas a educação do campo ou currículo da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas.

Na análise dos documentos, deu-se destaque àqueles que contribuem na compreensão das práticas pedagógicas utilizadas na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, como por exemplo, o Projeto Político Pedagógico e currículo. A entrevista foi feita com oito professores efetivos, esclarecendo que o total de professores efetivos na escola é de quatorze servidores, mas alguns deles (seis), não se dispuseram a conceder a entrevista. A entrevista é uma conversa entre duas ou mais pessoas – o entrevistador e o entrevistado – que visa obter informações sobre determinado assunto. É imprescindível a preparação de um roteiro para a entrevista, além de um conhecimento prévio sobre o assunto que será tratado.

Segundo Silva, a entrevista é um método que procura compreender a realidade social “(...) *por meio da análise dos inúmeros documentos produzidos pelo homem*” (SILVA, 2009). Quando acontece a entrevista, a pessoa selecionada fornece informações relevantes para a pesquisa em questão. No caso da pesquisa na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, o problema a ser pesquisado e que usará como instrumento de campo a entrevista é como a equipe docente da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, localizada na zona rural do município de Ervália/MG, identifica e lida com o currículo e as práticas educacionais dentro da perspectiva da educação do campo, dando destaque às peculiaridades da região. A entrevista foi feita a fim de se obter dos sujeitos pesquisados, informações sobre as concepções e conceitos atribuídos às ações pedagógicas da escola, sobretudo as que se encaixam dentro da perspectiva de educação do campo. A entrevista foi aplicada a professores do quadro efetivo da escola.

É fato que a equipe gestora assume um papel de relevância no que se refere à condução das ações pedagógicas, por representar a liderança e gerenciar as ações, fazendo valer a gestão democrática e participativa, sempre com vistas à melhoria do desempenho escolar.

As entrevistas aconteceram nos horários livres dos docentes, dentro das dependências da instituição em estudo. Em anexo, encontra-se um quadro com o perfil dos entrevistados.

A realização dessas entrevistas individuais com professores efetivos teve por finalidade identificar o fazer pedagógico na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, a fim de estabelecer um paralelo com estudos na área da educação do campo.

Esse paralelo objetiva encontrar elementos na prática pedagógica da escola que contribuem para consolidação dessa modalidade de educação, bem como os possíveis equívocos que distanciam a realidade da escola da educação do campo. Por fim, as falas dos

entrevistados foram utilizadas para encontrar possíveis soluções, a fim de contornar empecilhos que dificultam a consolidação da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas como uma escola do campo.

### 3.4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA FERRAMENTA NECESSÁRIA PARA CONCRETIZAÇÃO DE UMA ESCOLA DE CAMPO

A concretização do currículo dar-se-á a partir da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola (em anexo), o qual Vasconcelos entende por “*plano global da instituição*”, e que pode ser entendido como:

a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-pedagógico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELOS, 2003, p.169)

Lopes explicita o que é projeto, político e pedagógico afirmando que:

É projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. (LOPES, 2000, p.1)

Currículo envolve o Projeto Político Pedagógico, que deve ser construído de forma participativa, envolvendo toda a equipe escolar, ou seja, comunidade, pais, alunos, professores, gestor, demais funcionários. Assim, a escola ganha autonomia/segurança para atingir seus objetivos, como também, para enfrentar os desafios a ela impostos.

Novos desafios e exigências são apresentados à escola, que recebe o estatuto legal de formar cidadãos com capacidade de não só enfrentar esses desafios, mas também de superá-los. Como consequência, para trabalhar em educação, de modo a atender essas demandas, torna-se imprescindível que se conheça a realidade e que se tenham as competências necessárias para realizar nos contextos educacionais os ajustes e mudanças de acordo com as necessidades e demandas emergentes no contexto da realidade externa e no interior da escola. (LÜCK, 2009 p.16)

Libâneo reforça isso quando diz que:

Com a disseminação das práticas de gestão participativa, foi-se consolidando o entendimento de que o projeto pedagógico deveria ser pensado, discutido e formulado coletivamente, também como forma de construção da autonomia da escola, por meio da qual toda a equipe é envolvida nos processos de tomada de decisões sobre aspectos da organização escolar e pedagógico-curricular (LIBÂNEO, 2012, p.483)

De acordo com Sousa & Corrêa, é preciso pensar “*o projeto pedagógico como um direito e um dever da escola e como um dos desafios para o avanço na organização do trabalho pedagógico*” (SOUZA; CORRÊA, 2002, p.49).

Segundo Mota, o Projeto Político Pedagógico deve propor um currículo “*como um instrumento aberto, em que os conhecimentos dialogam entre si*” (MOTA, 2011, p.17). Acrescenta ainda esse mesmo autor “*que busque estimular a pesquisa, a inovação, a utilização de recursos e práticas pedagógicas mais criativas, flexíveis e humanizadas*” (MOTA, 2011, p.17).

O Projeto Político Pedagógico deve se constituir num documento de identidade, ou seja, ‘a cara da escola’ que demonstre a realidade escolar, ou seja, suas relações interno-externas, e que possibilite uma educação democrática e de qualidade para todos. Dessa forma, é de real valia saber a cultura dos sujeitos que ali frequentam, conhecer suas famílias, visando a reforçar cada vez mais o elo entre comunidade e escola. Como a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas não possui um PPP vigente é de suma importância esta pesquisa, que procurará organizar de forma sistemática os referenciais teóricos, a concepção dos docentes sobre a realidade da escola, currículo e educação do campo e ainda as expectativas quanto a educação de qualidade.

Para Cavalcanti, currículo é

(...) um projeto, cujo processo de construção e desenvolvimento é interativo, que implica unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo de ensino e aprendizagem (PACHECO *apud* CAVALCANTI, 2011, p.13)

Mas, currículo é muito mais. Engloba as experiências de aprendizagem escolares vivenciadas pelo aluno; os planejamentos elaborados pelos docentes; os objetivos a serem alcançados; os processos avaliativos, ou seja, é todo o movimentar da ação educativa para atender realidades plurais/diversas

Nessa perspectiva de currículo em movimento, são oportunizados questionamentos sobre saberes/práticas pedagógicas/função social da escola, rompendo, dessa forma, com a concepção conservadora de currículo fechado/estanque, promovendo a compreensão de que a educação se faz através de uma construção coletiva

Como se vê, portanto, currículo está associado ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas (MOREIRA; CANDAU, 1996). Também Moreira & Silva elucidam muito bem sobre currículo quando dizem:

[...] o currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada à formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA; SILVA, 1995, p.08)

Torna-se fundamental, portanto, o papel de todos os membros da escola através de discussões/reflexões tendo por aporte a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e as Propostas Curriculares na construção do processo curricular, uma vez que nesses documentos se encontram os subsídios/sugestões necessários para o trabalho pedagógico escolar.

Nas palavras de todos os sujeitos que participaram da entrevista, fica evidente a importância de levar em conta o contexto dos alunos do campo no planejamento das aulas e opinam sobre a forma como ele é praticado na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas. Um dos professores (professor 1), disse planejar as aulas levando em conta o CBC, mas também o contexto dos alunos do campo. Porém, diz ser mais fácil fazer isso em eventos como Feira de Ciências ou outra atividade qualquer. Citou o livro que a escola confeccionou sobre a cultura local, dizendo ter participado no projeto. Disse que os saberes do campo são mais discutidos no Projeto de Tempo Integral ou pelos professores de História e Geografia. Por fim, alegou que o currículo da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas já vem praticamente pronto e acabado. Outro professor (professor 2), disse planejar as suas aulas através de livros, internet, mas sempre levando em conta a realidade dos alunos no contexto da educação do campo, adaptando textos e a linguagem da educação do campo. Disse que em sua percepção, na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas o currículo é mais praticado em Feira de Ciências e em eventos desenvolvidos pela escola e que o currículo é de acordo com a base nacional, cabendo aos professores buscar temas de acordo com a realidade da comunidade. O professor 3, disse procurar atender as necessidades dos alunos que encontram maiores dificuldades ao planejar suas aulas. Disse levar atividades diferenciadas e procura explicar o conteúdo de forma clara e acessível a todos. Acha importante considerar o contexto dos alunos do campo e disse ser mais fácil trabalhar com temas do campo nas aulas de Geografia, História e Ciências. Disse fazer uso da linguagem oral como ferramenta de aproximação com a realidade dos alunos. O professor 4 acha mais fácil trabalhar a realidade dos alunos quando traz para eles atividades com situações do dia a dia. A aprendizagem fica mais significativa e ele se sente mais útil na vida dos alunos. Diz que o campo tem muita riqueza de conhecimento,

aprendizagem e temas desafiadores. Ao planejar as aulas, acha importante levar em conta o conhecimento prévio dos alunos. Diz que nas festas tradicionais, nas reuniões pedagógicas e Feiras de Ciências, fica mais fácil explorar a riqueza do lugar. Acha também que a proposta curricular valoriza as experiências prévias dos alunos. Professor 5 diz planejar as aulas adaptando os conteúdos às palavras do cotidiano deles e sempre dá exemplos do dia a dia do campo. Só em eventos como Feira de Ciências, palestras e conversas dentro da sala de aula os saberes do campo são mais praticados. Diz que o currículo da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas é bem parecido com o da cidade, mas pensa que o cotidiano escolar deveria seguir a vida do campo. O professor 6 acha importante levar em consideração o contexto dos alunos ao planejar aulas e procura selecionar textos que são de interesse dos alunos. Segundo ele, somente em festas ou feiras culturais é que os saberes do campo são discutidos e o currículo da escola não dialoga com a educação do campo porque segue as mesmas normas da BNCC, que é a mesma da cidade. Professor 7 diz planejar suas aulas toda semana e modifica exemplos do livro didático para explicar o conteúdo, envolvendo as modalidades do campo. Quando planeja suas aulas, intensifica o conteúdo do livro didático para explicar o conteúdo e traz textos informativos sobre terra, natureza, lavoura. Diz que a escola não discute os saberes do campo com os alunos e que o currículo da escola precisa ser modificado, para atender realmente seus alunos que são da zona rural. Para tanto, ele acha ser preciso valorizar a crença, tradição, os papos de comadre. Diz que a escola em sua essência é tradicional. Professor 8 diz que suas aulas são planejadas de acordo com o CBC, mas leva em consideração o contexto do lugar e a bagagem do aluno. Diz que trabalha por exemplo, com porcentagem de aumento ou baixa de café, estimativas de produção, análise de rótulos, enfim, o cotidiano do aluno.

Depreende-se na fala dos professores que há certa preocupação em se levar em conta o contexto dos alunos nos planejamentos das aulas, mas por vezes a “educação do campo” fica restrita às aulas de Geografia e História ou eventos da escola, não sendo rotina a inserção do tema “campo” nos planejamentos.

Comparando as falas dos professores entrevistados, verificam-se alguns pontos semelhantes que são: a necessidade de explorar mais elementos da educação do campo na prática pedagógica, a dificuldade de adaptar o currículo previsto em documentos oficiais norteadores, como CBC(Currículo Básico Comum) e BNCC (Base Nacional Comum Curricular), à realidade da comunidade na qual a escola está inserida e, principalmente, a constatação de que elementos que caracterizam a Educação do Campo são explorados mais frequentemente durante eventos promovidos pela escola, como por exemplo feira de ciências, feiras culturais e festas populares.

Nessa última constatação, observa-se uma visão deturpada dos professores da escola em relação às faculdades da educação do campo, visto que os elementos dessa modalidade da educação devem permear o currículo de forma rotineira como bem evidenciam Gaudêncio Frigotto (FRIGOTTO, 2000) e José Carlos Libâneo (LIBÂNEO, 2013), e como define a LDBEN 9.394/96, e não somente serem aplicados de forma pontual durante eventos e festas.

Outro detalhe pertinente na fala dos entrevistados é o foco dado, durante a elaboração das aulas, principalmente naqueles alunos de maior dificuldade de aprendizagem. É importante realçar que a educação do campo poderia se apresentar como uma ferramenta extremamente relevante para suprimir tal problema, pois ao levar em consideração conhecimentos que o aluno adquire no dia a dia, além de motivá-lo a ampliar esse conhecimento por meio dos estudos, é possível tornar o conhecimento apresentado em sala de aula mais cognoscível. Essa ideia apresentada corrobora com o pensamento de Freire, o qual afirma que:

A escola tem o dever de respeitar os saberes com os quais os educandos, sobretudo os de classe popular, chegam a ela. Porque não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deve associar a disciplina cujo conteúdo se ensina? Porque não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (FREIRE, 1996, p.33)

Sobre isso, Arroyo nos alerta que as propostas curriculares nacionais não são conteúdos prontos que devem ser repassados para os alunos, mas sim, propostas que devem ser (re)construídas a partir de uma seleção de “(...) *conhecimentos, valores, instrumentos da cultura em contextos e práticas sociais e culturais*” (ARROYO, 2007 p.5). Dessa forma, importante se faz resgatar nos currículos a relação entre o conhecimento e a cultura.

Libâneo corrobora com a ideia elencada acima quando diz que “*currículo é a concretização do posicionamento da escola face a cultura produzida pela sociedade. Existe ensino porque existe uma cultura, e o currículo é a seleção e organização dessa cultura*” (LIBÂNEO, 2001, p.142).

Também Sacristán afirma que:

(...) o currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições (SACRISTÁN, 1999, p.61)

Percebe-se, portanto, que é através da valorização do cotidiano, da cultura do educando, é que deve alicerçar as práticas pedagógicas que valorizem o saber de forma crítica, criativa e qualitativa. Se a comunidade escolar faz parte do ambiente campesino,

este deve ser visto como ponto de partida para as práticas pedagógicas, tendo em vista que partindo de um conhecimento prévio já inerente ao aluno quando este chega ao ambiente escolar, é mais fácil se obter resultados satisfatórios.

Como se vê grande é o desafio enfrentado pelos professores, uma vez que devem propor para o alunado um currículo que não apenas apresente um saber acumulado, mas que represente/tenha utilidade para a vida.

Tradicionalmente o que vemos nas escolas é um currículo uniformizado/geral, ou seja, a escola que atende a população campesina opera a partir de pedagogias e currículos urbanos negando, dessa forma, suas singularidades e especificidades.

Isso significa que a cultura de diversos grupos sociais fica marginalizada do processo de escolarização e, mais do que isso, é vista como algo a ser eliminado pela escola, devendo ser substituída pela cultura hegemônica, que está presente em todas as esferas do sistema de ensino. De fato, a escola assumiu historicamente o papel de homogeneização e assimilação cultural. (MOREIRA, 2006, p.36)

A educação escolar a ser ofertada a cada grupo social quer seja, indígenas, quilombolas, assentados, ou os das periferias necessitam considerar/respeitar/incorporar no currículo as particularidades próprias de tais grupos. Freire afirma que, “(...) *em mundos diversos a educação existe diferente*” (FREIRE, 1996, p.57).

Essa preocupação em valorizar o modo de vida, a forma de pensar e a cultura dos povos estão muito bem sedimentadas nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (resolução CNE/CEB n.01, de 03 de abril de 2002), a qual deixa explícito a necessidade de reinvenção e de (re)significação da educação do campo pelos sistemas públicos de ensino, como também, pelos projetos político-pedagógicos das escolas. O artigo 28 da LDB 9.394/96 reza que:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – Conteúdos curriculares e metodológicos apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e condições climáticas; III – Adequação à natureza do trabalho a zona rural.

Também, na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210, temos: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

O Centro Nacional de Pesquisa em Currículo (CENPEC) reforça o elencado acima quando cita que a escola necessita “ensinar conteúdos e habilidades necessários à participação

do indivíduo na sociedade. [...] levar o aluno a compreender a realidade de que faz parte, situar-se nela, interpretá-la e contribuir para a sua transformação” (CENPEC *apud* SILVA, 2009, p.3).

A escola tem como compromisso primordial ofertar condições para sua clientela construir além de conhecimentos, atitudes e valores, contribuir, também, para a formação de cidadãos críticos, éticos e participativos nos mais variados contextos que integram (BRASIL, 2004).

Atié diz o seguinte: *“Hoje, o desafio que se coloca diante da escola é fornecer educação e informação para toda a vida... ela precisa romper seus muros e estar plenamente inserida no seu tempo e na comunidade a qual pertence”* (ATIÉ, 1999, p.3).

A escola pode investir em projetos que contribuam com a ação cidadã consciente e responsável. Isso é reforçado por Freire, o qual enfatiza que contextos não são imutáveis (FREIRE, 1997, p.79).

É de suma importância, portanto, para qualquer ação educativa eficaz sempre levantar este questionamento: como está a relação da escola com a comunidade? Pois, a partir daí oferta também possibilidades de discorrer acerca de assuntos tais como: da formação para a cidadania, da possibilidade de promover uma educação mais significativa na escola, da solução de problemas de violência e vandalismo nas unidades escolares, da permanência das crianças na escola, das questões sobre a relação entre educação e trabalho (NOGUEIRA, 1999, p.14).

Observa-se que é de real valia a escola ver a si mesma como parte integrante da comunidade, e, reciprocamente, dessa reconhecer a escola como uma instituição sua, da qual pode participar e cuidar.

É evidente, também, que toda a infraestrutura de uma instituição é um fator muito importante, mas o diferencial incide é nas posturas e nas vivências, que fazem/contribuem para com que os alunos e a comunidade percebam a escola de modo diferenciado.

Quando questionados sobre que desafios existem para realizar um currículo cujas práticas educacionais dialoguem com as perspectivas da educação do campo, os professores tiveram falas diversas. O professor 1 acha que é necessário fazer com que o currículo desperte nos alunos o sentimento que ele pertence ao campo. Reclama por não haver formação continuada para os professores prevista no calendário e também da rotatividade de professores, pois prejudica pedagogicamente a escola e a formação dos alunos. O professor 2 acha que o entrave é a base curricular comum que é muito extensa e dificulta a abordagem de outros temas por conta da carga horária limitada. Acha que o currículo é engessado e a carga horária insuficiente para abordar temas além da base curricular. O professor 3 diz que o contexto social deve ser levado em conta sempre. Acha que o ideal é ter conteúdos específicos e diferenciados,



capacitação de professores, adaptação de calendário escolar e avaliações externas diferenciadas. Acha que a cultura do campo é deixada de lado, não existem investimentos em políticas públicas, nem formação de profissionais. Diz que os conteúdos estão cada vez mais distantes da vida cotidiana dos alunos. O professor 4 acha que o currículo deveria ser voltado para as questões do campo. Diz ser necessário que a escola crie sua própria identidade através de sua proposta pedagógica e que o homem do campo deve ser identificado na proposta. Os professores devem ter qualificação para o ensino e que as questões curriculares devem incorporar saberes do campo, preparar os alunos para produção e trabalho. O professor 5 diz que a própria mentalidade dos moradores do campo, em geral, é a falta de perspectiva, como se no campo não houvesse um bom futuro, pois nele se trabalha muito e não há reconhecimento. O professor 6 disse não saber responder. O professor 7 diz que o primeiro e grande desafio é enfrentar professores tradicionais. “Diz ser importante também quebrar o preconceito entre zona rural e urbana, entre “roça” e ‘cidade’”. Também reconstruir a importância do estudo para o homem rural. Por fim, o professor 8 diz que não é uma tarefa complexa, mas tem que haver um suporte da SRE (Superintendência Regional de Ensino) e uma maior flexibilidade do currículo básico comum.

Analisando as falas dos professores, constata-se que a adaptação do currículo à realidade da escola não é vista, pelos professores, como uma tarefa que lhes pertencem, mas sim de responsabilidade dos órgãos aos quais a escola está submetida, como por exemplo, Superintendência Regional de Ensino – Ubá (MG), Secretaria de Estado de Educação e Ministério da Educação, bem como suas secretarias. E, ainda, depreende-se somente que o Professor 4 identificou na proposta pedagógica da escola um caminho viável para identificação do contexto social.

Observa-se, também, por parte dos profissionais questionados, certa carência de formação continuada na área da educação do campo, a fim de aprimorar o fazer pedagógico.

Nesse sentido, Imbernón defende uma política de formação continuada estruturada na realidade em que a escola está presente, no contexto escolar e fundamentada em princípios coletivos, construídos a partir do diálogo, do clima afetivo que propicie o trabalho colaborativo (IMBERNÓN, 2010). Portanto, a ideia do autor acima vai de encontro com o pensamento do Professor 4 que aponta como a proposta pedagógica da escola deve ser o caminho para a construção de um currículo que dialogue com as perspectivas da educação do campo.

Por fim, vale ressaltar que os professores enxergam a BNCC como um entrave para a educação do campo, o que leva a conclusão de certo desconhecimento dos mesmos em termos de que 40% do currículo é definido por Estados e Municípios, propiciando levar a realidade

estadual e local para ser debatida e ensinada na sala de aula. A constatação se deu mediante observações dos planejamentos, avaliações aplicadas e relatos em reuniões pedagógicas e em conversas informais.

Carvalho pontua que a ressignificação de relações exige quebra de paradigmas, ou seja, requer atenção a diversos fatores, tais como: mudança do ensino expositivo focado na competência docente passando para o ensino focado na construção de conhecimentos pelo aluno (CARVALHO, 2003) e, de acordo com Szymanski, em um panorama no qual a importância das contribuições da comunidade tem sido alvo de considerações (SZYMANSKI, 2001). Paralelamente as essas mudanças, Nogueira cita que há necessidade de acompanhamento, afinal, todo processo requer, acima de tudo, persistência; seja para resistir ao impulso de repetir hábitos arraigados, seja para efetivar novos procedimentos (NOGUEIRA, 1999). Essa condução pode ser efetivada mediante as considerações de Buffa *et al.*, ou seja: democraticamente concretizada pelo agir coletivo dos vários segmentos que compõem a escola, respeitando as características e competências de cada grupo (BUFFA *et al.*, 2000).

Entende-se que encontrar o caminho para relações de parceria pode e deve ser uma experiência significativa, resultando em várias melhorias, tais como: nas interações humanas, no ensino, na preservação das instalações físicas e combate da violência dentro e fora da escola.

O diálogo, o acolhimento e valorização das informações e participação dos pais na escola, a criação de oportunidades de convivência através de eventos ou de projetos, reuniões, palestras, enfim, o estabelecimento de vínculos da comunidade e famílias com a escola só vai favorecer tanto a comunidade, quanto auxiliar na relevância do trabalho da escola no seu contexto. Pode ser a luz de um novo tempo na educação, o aproveitamento das experiências familiares na construção do saber e das ações da escola, gerando, desse modo um elo indissociável que só tem a ofertar bons frutos para este novo tempo que estamos vivenciando.

Assim sendo, a equipe escolar deve ampliar os esforços para garantir uma escola que exista e atue em função de seus alunos, de seus profissionais e da população local, a partir de seus anseios, necessidades e potencialidades, este é o sentido ético-democrático da escola. Uma contribuição significativa é o Projeto Político Pedagógico da escola, que deve ser uma construção democrática e fiel à realidade da escola, pois ele é a principal ferramenta para identificação de particularidades e anseios da comunidade escolar.

#### **4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL PARA A ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS**

Com base no que já foi apresentado nos capítulos anteriores, e após análise de dados de campo coletados, a seguir, é proposto um Plano de Ação Educacional – PAE – com sugestões de melhoria a serem implementadas na prática dos docentes da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas. Dessa forma, é necessário viabilizar práticas pedagógicas que reconheçam as peculiaridades da população campesina, com vistas a garantir a oferta da educação de qualidade aos alunos da instituição pesquisada.

O Plano é uma tentativa que, possivelmente, atingirá bons resultados, mas convém ressaltar que são sugestões de ações e práticas que dependem do envolvimento de atores que contribuíram significativamente para o êxito das propostas.

A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas é considerada escola de campo pela SEE/MG, levando em conta as questões conceituais. Seu público discente apresenta em sua totalidade peculiaridades das comunidades campesinas. Tendo em vista esse público, fomos a campo com intencionando verificar se a equipe docente reconhece a diversidade do público atendido, bem como se adotam práticas pedagógicas que levem em conta o contexto em que a escola está inserida. No que se refere a currículo, quais seriam os entraves para que os professores possam colocar em prática práticas educacionais que dialoguem com a perspectiva da educação do campo e quais os desafios que existem para realizar um currículo cujas práticas educacionais dialoguem com a perspectiva da educação do campo.

A pesquisa de campo foi feita com base em entrevista com a equipe docente da escola, particularmente com a equipe efetiva, por já possuir maior tempo de experiência na escola em questão. Após a pesquisa de campo e análise dos dados, foi possível elaborar o PAE. Com base na entrevista feita, foi possível constatar que muitos dos professores, mesmo sendo efetivos, não possuem uma compreensão clara da identidade da escola e de seu entorno e acabam por reproduzir práticas pedagógicas/curriculares não adequadas ao espaço escolar, pois não levam em conta as peculiaridades da população campesina. A escola não possui um Projeto Político Pedagógico (PPP), o que inviabiliza a oportunidade de construção da identidade da escola. As tentativas de discurso dentro da gestão democrática por parte da equipe gestora não se confirma no discurso dos demais sujeitos da pesquisa.

Tendo por base este cenário, o PAE foi construído a partir dos resultados obtidos com a análise dos dados da pesquisa de campo, subsidiados pelos referenciais teóricos já apresentados anteriormente, sempre objetivando contribuir para a melhoria das práticas pedagógicas e

adequação do currículo escolar da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas. Um dos primeiros passos para a construção do PPP da instituição foram as reuniões pedagógicas que deram ênfase à construção de um currículo para atender as especificidades da escola e seu público, na tentativa de resgate da história e cultura local.

#### 4.1 REUNIÕES PEDAGÓGICAS: REFLEXÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO PPP

Para a construção do PPP foi necessário partir de um marco inicial e na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, ele se iniciou a partir de reuniões pedagógicas. As orientações para a construção do documento foram estruturadas a partir do sequenciamento de atividades que ampliaram o conhecimento sobre a escola, a fim de orientar o trabalho realizado.

Dessa forma, esperou-se promover não apenas a formação dos participantes, mas também contribuir para a promoção de mudanças substantivas em prol da qualidade e da equidade da educação ofertada. A equipe gestora se responsabilizou por conduzir as reuniões para mediar a resolução de dificuldades, bem como monitorar e avaliar o processo de construção do documento.

Foi necessário promover o debate sobre os sujeitos da aprendizagem, o território da escola e do sujeito, o contexto socioeconômico, bem como fortalecer o diálogo interno com as famílias, com a equipe gestora e possíveis instituições que puderam manter de alguma forma algum tipo de cooperação.

O estudante é um sujeito social, se relaciona com o território escolar e estabelece diálogo enquanto sujeito-escola e sujeito-aprendizagem. Refletindo sobre as relações da escola com a família, os responsáveis pedagógicos, as instituições da comunidade e da sociedade, propuseram discussões acerca do impacto dessas relações para a aprendizagem dos estudantes. Uma reflexão importante foi a análise e a discussão em torno dos resultados das avaliações externas e internas. A análise e a reflexão coletiva acerca das competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes, com base nas matrizes de referência dos componentes curriculares e possibilitou a análise e o debate sobre indicadores de rendimento e dados da frequência dos estudantes.

Sendo uma escola de campo, a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas se preocupou em inserir em seu processo educacional a educação ambiental, de modo que as particularidades próprias do entorno fossem abordadas e consideradas na construção do PPP, em todas as etapas e modalidades de ensino na composição do currículo, auxiliando na construção didática e

metodológica integrante do fazer pedagógico da instituição. Para tanto, a definição do Plano de Ação, auxiliou na construção do documento.

Quadro 1 - Reflexões feitas nas reuniões para construção do PPP da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas

O que?	Reuniões para construção do PPP da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas.
Por quê?	A escola não possui um PPP vigente
Onde?	No prédio da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas
Quando?	Encontros quinzenais meses de abril e maio
Quem?	Equipes diretiva, docente, pedagógica e comunidade escolar
Como?	Através de discussões e análise do perfil e dos anseios da comunidade escolar, a construção do PPP será realizada de forma coletiva e democrática.
Quanto?	Sem custos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2019

Os horários de reuniões pedagógicas foram utilizados para a elaboração do documento, sempre prezando pela reflexão e construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas de forma democrática e participativa.

Uma ação primordial do Plano de Ação foi “construir e manter o principal documento de identidade de um recinto escolar, que é seu Projeto Político Pedagógico. Toda identidade de escola do campo e preservação da cultura local deve ganhar destaque no documento, que é a folha de rosto a escola. A construção do documento pretendeu trazer à escola em questão uma perspectiva crítica de sua realidade, promovendo a efetivação de um currículo dentro da perspectiva da escola do campo e quebrando barreiras de entraves no planejamento das aulas fora do contexto dos alunos.

Em um primeiro momento, foi apresentado aos professores questionamentos sobre o que seriam projetos e como formulá-los de maneira coletiva na escola. Em seguida, explanação sobre a importância do Projeto Político Pedagógico quanto à identificação da escola e anseios da comunidade escolar. Houve momentos de reunião com docentes, discentes e com comunidade escolar. Um esboço do documento foi elaborado e após aprovação pela comunidade em assembleia para este fim, o documento será enviado em sua versão final para análise da Superintendência Regional de Ensino.

#### 4.2 CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS

O Projeto Político Pedagógico é capaz de definir a identidade da escola e apontar caminhos a seguir. Ele auxilia a escola na conquista de seus objetivos, metas e mesmo na elaboração de currículo. Veiga diz sobre o PPP:

o projeto político pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade (...) propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. (VEIGA,1995, p.13)

No caso da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, que não possuía um PPP, suas peculiaridades deixavam de ser retratadas e os sujeitos pensados dentro de seu contexto. Com isso, a escola perdia a oportunidade de se fazer representar em sua identidade. Portanto, dentro desta perspectiva, foi proposta a construção do PPP da escola, a partir de um processo democrático que procurou resgatar a autonomia e a identidade da instituição em questão.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola é um documento no qual estão registradas as ações e projetos que a escola juntamente a sua comunidade busca para cada ano letivo seu. Por esse motivo, ele se modifica periodicamente e deve ser construído de forma coletiva e democrática. É um ato que exige dedicação e disposição e se for bem coordenado, os resultados pretendidos são alcançados e isso faz com que a escola crie laços de ligação entre os gestores e a comunidade.

Vários autores já discursaram sobre a importância do PPP, apresentando metodologias de pesquisa que mostram a realidade para que o PPP seja realizado com sucesso e atenda as demandas da comunidade sejam em seus aspectos sociais, políticos, culturais ou pedagógicos.

O conceito de Projeto Político Pedagógico surgiu logo após a Constituição de 1988, já na intenção de dar autonomia para que as escolas criassem um documento de identidade escolar.

Seu marco é a Lei de Diretrizes Brasileiras (LDB). O PPP objetiva por em prática de maneira organizada o trabalho pedagógico da escola, buscando soluções de problemas dentro da gestão democrática e participativa. Seu sentido político preza pela formação educacional do cidadão e também a efetivação dos planejamentos pedagógicos das escolas. Advém de reflexão e discussão dos problemas internos escolares, a fim de realizar serviço adequado à comunidade, cumprindo seus propósitos e a intenção na execução dos planejamentos. Para se criar um PPP efetivo, é imprescindível ter um bom relacionamento com a comunidade. Segundo Libâneo, “o projeto é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação” (LIBÂNEO, 2005, p.345).

Durante as reuniões para construção do PPP, foi primordial entender o que é “Projeto Político Pedagógico” e quais princípios o norteiam. Em seu sentido etimológico, o termo “projeto” vem do latim *projectu e* significa “lançar para frente”. Plano, intento, desígnio (...) (FERREIRA, 1975, p.144). O sentido político significa ter compromisso com a formação educacional do cidadão preparando-o para a inserção na sociedade. Já o sentido pedagógico se realiza durante o processo, saindo do papel e se tornado prática. Assim, se efetivam os planejamentos pedagógicos da escola, formando cidadãos responsáveis e preparados para a inserção na sociedade.

O PPP segue a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, cujo artigo 12 estabelece as seguintes normas de ensino:

- I – Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III – Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV – Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V – Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI – Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII – Informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como a execução da proposta pedagógica da escola;

Como se pode ver, o PPP vai além da dimensão pedagógica, envolvendo-se em questões financeiras e administrativas da escola. Ele tem o poder de expressar a cultura, as crenças, significados, enfim, todo um modo particular de pensar e agir de todos os envolvidos no processo. Também é um norte na demonstração de habilidades e conhecimentos locais.

Três são as instituições que influenciam na construção do PPP: escola, comunidade e governo. Sua construção apresenta desafios como, por exemplo, a complexidade por ser um

instrumento de construção coletiva. O envolvimento da comunidade também não é tarefa fácil, cabendo ao gestor este papel de articulação entre os elos.

A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, mesmo com todas as suas peculiaridades de escola do campo, não possuía um PPP. Sua identidade não era retratada, nem seus problemas citados ou discutidos perante a comunidade escolar. Nessa perspectiva, foi proposta a construção do documento da referida escola a partir de um processo democrático e participativo, com vistas a resgatar a identidade, autonomia e propor ações para a instituição em questão. Em uma escola de zona rural, o processo de construção do PPP deve levar em conta as características e peculiaridades dos sujeitos que vivem no campo. A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas se localiza em área rural e todos os seus alunos são moradores do campo. A proposta de construção do PPP da instituição, conforme já relatado, foi necessário pelo fato da escola ainda não possuir o documento. Um calendário de reuniões pedagógicas foi construído junto à equipe pedagógica da escola, a partir de um planejamento que envolveu toda a comunidade escolar no compromisso coletivo de construção de identidade, de construção de um documento ímpar pretende gerar mudanças à instituição e indicar rumos para que resultados sejam alcançados. Convém ressaltar que o documento, assim como qualquer outro PPP, é inconcluso, pois deve ser reconstruído e reformulado periodicamente, em cada ano letivo ou a qualquer momento, quando se perceber a necessidade.

As reflexões para a construção do PPP da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas foram realizadas em abril de dois mil e dezenove, em reuniões divididas em segmentos (assembleia geral) com equipe escolar e comunidade. Foram sugeridas as seguintes reflexões:

- A) o que você entende por projetos em uma escola?;
- B) que você considera como construção coletiva do Projeto Político Pedagógico?
- C) como você poderia participar?;
- D) quais as reais necessidades da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas e como escola junto com a comunidade pode colaborar na busca de soluções dos problemas?;
- E) A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas insere em suas práticas cotidianas a educação do campo ou ela é praticada apenas esporadicamente?;

Após esta sondagem, o processo de construção do PPP teve continuidade a partir das seguintes reflexões, que objetivaram a construção da identidade da escola:

- A) qual o perfil/público atendido pela Escola Estadual Dom Francisco das Chagas?;
- B) qual o perfil/caracterização da instituição?;
- C) qual são os resultados da escola nas avaliações externas?;



- D) quais os interesses e as necessidades dos alunos? Elas estão em consonância com as diretrizes curriculares nacionais e estaduais?;
- E) qual a estrutura organizacional da escola?;
- F) a escola consegue um bom entrosamento com a comunidade onde a escola está inserida?;
- G) a escola leva em conta em suas práticas pedagógicas o fato da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas ser classificada como uma escola do campo?;

Essas reuniões aconteceram em abril e maio de dois mil e dezenove. Foram feitas entrevistas com os professores efetivos da escola, tendo estes preferência por pertencerem ao quadro permanente. Ainda em abril, as entrevistas foram sistematizadas e juntamente às discussões apresentadas nas reuniões pedagógicas, uma sistematização das ideias aconteceu, gerando assim propostas a serem apresentadas à comunidade escolar. Tais propostas contemplaram inclusive os problemas escolares e possíveis entraves e passaram pelos ajustes necessários, para que então surgisse o documento PPP. O texto final foi analisado coletivamente, tendo em vista que deve prezar pela eficácia na busca de alternativas que possam concretizar os objetivos do PPP.

A construção coletiva pode fazer crescer muito a comunidade escolar, já que parte da necessidade do grupo que a partir de então promove meios para alcance dos objetivos. Permeado de leituras, reflexões, pesquisa e escrita, o projeto intenciona delinear especificamente a escola em questão atender ao público que faz parte do processo. A oportunidade que é dada a cada um de fazer parte do processo promove a união do grupo e o sentimento de pertencimento, faz com que a escola seja uma extensão do lar. Espera-se que o documento contemple os reais anseios, necessidades e expectativas da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas contribuindo para a construção de sua identidade e dos sujeitos inseridos no campo, assim como toda a população no entorno, respeitando toda a diversidade e identidade local.

#### 4.3 A NOVA REALIDADE DA ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS APÓS CONSTRUÇÃO DO PPP

O cotidiano escolar revela práticas que contribuem para reproduzir ou modificar formas de agir e pensar que acabam por identificar uma cultura local. Essas práticas estão disseminadas na sociedade. Dessa maneira, os professores devem adaptar suas práticas, não se restringindo

somente àquelas relacionadas aos conteúdos ensinados, visando à formação do ser humano para a vida em sociedade.

A escola convive com as alunas e com os alunos diariamente e, de maneira consciente ou não, ensina não só por meio de conteúdo com o qual trabalha em sala de aula, mas também pelas relações que estabelecem com eles no dia-a-dia.

Se a aluna só ouve, dificilmente aprenderá a falar; se fala no momento que bem entende, apresentará dificuldade para ouvir o outro; se só é avaliada, não aprenderá a avaliar; se só realizar tarefas individuais, dificilmente aprenderá a pensar e decidir coletivamente; se só cumprir ordens, não aprenderá a estabelecer seus limites; se suas tarefas sempre forem dirigidas, não aprenderá a ser criativa, etc (CISEKI, 1998, pag 43 e 44).

As práticas escolares devem seguir tais princípios, principalmente porque o que se espera é a formação de cidadãos preparados para viver em sociedade. A escola é um veículo de promoção e inserção social, pois cria regras de convivência, responsabilidades, promove a cidadania e o bem-estar social. Além do foco na aprendizagem, o papel da escola vai além, promovendo a formação integral dos alunos e a criação da identidade, levando-os a adquirir um sentimento de pertencimento à comunidade e suas tradições e orgulho deste pertencimento.

Um trabalho coletivo na escola permite que toda a comunidade escolar, em seus vários segmentos, dialogue, participe e decida, rompendo culturas antigas de hierarquias subordinadas. Todos os integrantes são responsáveis pelas decisões e escolhas do cotidiano escolar, sendo a gestão democrática necessária para se fazer valer a participação da comunidade escolar nos avanços e desafios da promoção da educação de qualidade.

Espera-se que a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, de posse do documento de identificação da escola, o PPP, possa melhorar e ampliar a participação da comunidade escolar nas decisões importantes do processo educativo e principalmente, tenha sua identidade resgatada, preservada e valorizada dentro do contexto escolar. Uma gestão democrática é a base para efetivação de um desenvolvimento satisfatório de aprendizagem, formação humana e participação social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho tornou-se evidente a necessidade de construção de um Projeto Político Pedagógico que englobe princípios da educação do campo na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas. Desse modo, esse PPP possibilita um ensino voltado para o contexto social, abrangendo elementos da cultura, da economia de base agrária e da história do Careço. A questão levantada envolvendo o currículo e as práticas da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas estarem ou não adaptados à educação do campo, teve como resposta certo desconhecimento das normas e também das formas de transformação da realidade por parte dos docentes e para início dessa transformação, o Projeto Político Pedagógico pretende colaborar.

Para cumprir com essa pretensão, ficou clara, durante a pesquisa realizada, a obrigatoriedade do debate, do diálogo, e da participação da comunidade escolar a fim de tornar o processo democrático. E ainda, ficou notória a necessidade de que tais princípios da educação do campo devam estar presentes de maneira reiterada no PPP da escola, e não de forma pontual, como elencaram alguns professores entrevistados.

Assim, de forma a garantir a implementação da educação do campo de forma concreta na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, a existência de currículos pré-determinados, como a BNCC, não deve ser vista como empecilhos, como apontaram alguns professores entrevistados, mas sim norteadores que proporcionam a fusão da abordagem do currículo comum em todo o Brasil (60%) associado aos componentes da realidade estadual, municipal e local (40%).

Logo, para se alcançar esse desejo a presente pesquisa enfatiza que o trabalho deve consistir em um movimento conjunto e na mesma direção para que alcance os resultados desejados e que proporcione à comunidade do Careço um ensino democrático e voltado para o atendimento dos anseios da comunidade local. Além da colaboração para mudança de realidade da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas com a elaboração do novo Projeto Político Pedagógico que traz uma nova caracterização da instituição, o presente estudo tem a pretensão de com outras instituições com realidade semelhante. Após todo o processo, percebeu-se que melhorou o trabalho dos docentes com relação à aplicação da educação do campo. O trabalho coletivo que se produziu na escola não tem ficado apenas no papel, mas está na prática durante este ano letivo. Pretende-se que a colaboração se estenda aos próximos anos e que sempre que necessário, o PPP possa ser reformulado.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. N. de. **Educação Lúdica**. São Paulo: Loyola, 1998.
- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivros, 2005.
- ANTUNES, C. **A avaliação da aprendizagem escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- ARROYO, M. G. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. *In*: GOMES, N. L. (org). **Um olhar além das fronteiras: Educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007a.
- ARROYO, M. G. **Ciclos do Desenvolvimento Humano: Formação de Educadores, Educação e Sociedade**. Campinas, 1999.
- ARROYO, M. G. Educandos e educadores, seus direitos e o currículo. *In*: BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Indagações sobre o currículo do ensino fundamental**. 2007b.
- ASSMAN, H. **Reencantar a educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ATIÉ, L. Editorial. **Pátio-Revista Pedagógica**, Porto Alegre, ano 3, n. 10, ago/out, 1999.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/96**, de 2 de dezembro de 1996. Publicada no Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Gestão da educação escolar. Brasília: UnB, CEAD, 2004.
- BUFFA, E.; ARROYO, M.; NOSELLA, P. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 2000.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.
- CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. *In*: SANTOS, C. A. dos (Org.). **Políticas públicas: educação**. Brasília: Incra-MDA, 2008.
- CAPELETTI, M.; JACKS, R. M.; KELLER, S.N. Família e aprendizagem: reflexões sobre a influência da família no processo de aprendizagem das crianças. *In*: VARELLA, N.K. (Org.). **Desafiando estruturas e criando caminhos na aprendizagem**. São Leopoldo: Oikos, 2005.
- CARDOSO, L. A. A.; TOSCANO, C. **A mediação pedagógica na sala de aula: o papel do professor na construção do conhecimento**. 2011. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5829\\_2776.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5829_2776.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2018.

CARVALHO, A. M. P. de. (Coord.). **Formação continuada de professores: uma releitura das áreas de conteúdo.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

CAVALCANTI, A. S. Currículo e diversidade cultural: uma abordagem a partir do ensino religioso nas escolas públicas. In: *Fundamento Revista de Pesquisa em Filosofia*. Vol. 1, nº 3, 2011.

CISEKI, Ângela Antunes. Conselhos de Escola: Coletivos instituintes da Escola Cidadã. In: GADOTTI, Moacir. **Salto para o Futuro: Construindo a escola cidadã, projeto político pedagógico.** Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002687.pdf> Acesso em 25 de março de 2019.

COSTA, F. R. da. O ensino da geografia através do cancionário potiguar. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 2002, João Pessoa. Anais... João Pessoa, 2002.

CURY, A. **Pais brilhantes, professores fascinantes.** Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

DA MATTA, R. **Você tem cultura?** In: Explorações – ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo, Cortez, 1998.

DIESEL FILHO, A.; SILVEIRA, A. D. **Escola de pais: e a família nunca mais foi a mesma.** São Leopoldo, 2002.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: *A pesquisa em Educação do Campo*, v. 20, 2006.

FERREIRA, A.B.H; **Novo dicionário da língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5ed., p.1.144.

FERREIRA, M. **Como usar a música em sala de aula.** São Paulo: 7.ed. Contexto, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática educativa/Paulo Freire.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores.** Trad. Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LARA, T. A. **A escola que não tive... O professor que não fui...** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

- LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. São Paulo: Heccus Editora, 2001.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão Escolar: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2013.
- LOPES, N. **O que é o projeto político pedagógico (PPP):** O PPP define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. Saiba como elaborar esse documento, 2002. Disponível em: [gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico-ppp](http://gestaoescolar.org.br/conteudo/560/o-que-e-o-projeto-politico-pedagogico-ppp). Acesso em: 05 de maio 2018.
- LOPES, R. P. **Pedagogia e emancipação**. São Paulo: Olho d'água. 2000.
- LÜCK, H. *et al.* **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.
- MARQUES, M. H. **Como educar bons valores: desafios e caminhos para trilhar uma educação de valor**. São Paulo: Paulus, 2004.
- MINAYO, M. C. S. de. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. Tradução de Maria Aparecida Baptista. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura (s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, maio/ago. 1996.
- MOTA, F.R.L. Bibliotecários e professores no contexto da biblioteca escolar: uma interação possível e necessária. *In: Seminário Biblioteca Escolar Espaço de Ação Pedagógica*, 2, Belo Horizonte, 2011. Anais... Belo Horizonte, 2011.
- NOGUEIRA, N. A relação entre escola e comunidade na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Pátio-Revista Pedagógica**, Porto Alegre, ano 3, n. 10, ago/out, 1999.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 18 maio, 2018.
- PÉREZ, G. S. **Educação em valores: como educar para a democracia**; trad. Fátima Murad. 2.ed. Porto Alegre. Artemed S. A, 2002.
- PINHEIRO, Elen Affonso; MENDONÇA, Bruno Alvin. O nordeste brasileiro nas músicas de Luiz Gonzaga. *In: Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v.14, n. 23, 2º sem/2004.
- RESENDE, Maria Liliana do Amaral. **Evasão x Sucesso Escolar das Camadas Populares: Duas Faces da Mesma Moeda**. *In: Revista Saber Acadêmico*12, Niterói/RJ, junho/2011, p. 22.

- RIBEIRO, M. Educação Rural. *In: CALDART, R. S. et all (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2008.
- SACRISTAN, J. G. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SCHEIN, E. H. **Organizational culture and leadership**. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1992.
- SILVA, E. I. da. Charge, Cartum e Quadrinhos: linguagem alternativa no ensino de geografia. *In: Revista Solta a Voz*. V. 18, n° 1, 2007.
- SILVA, J. G. Currículo e diversidade: a outra face do disfarce. *In: Trabalho Necessário*. Ano 7, n°. 9, 2009.
- SOUSA, J. V. de; CORRÊA, J. Projeto pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola. *In: DAVIS, C.; VIEIRA, S. L. et al. (Org). Gestão da escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SZYMANSKI, H. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Plano Editora, 2001.
- TEZOLIN, O. M. **Re-criando a educação: um guia de autoajuda para pais e professores**. São Paulo: Gente, 1995.
- TIBA, I. **Ensinar aprendendo**. Ed. Gente, São Paulo, 1998.
- VALERIEN, J. **Gestão da Escola Fundamental**. Adaptação (versão brasileira) José Augusto Dias. São Paulo, Cortez, 2005.
- VASCONCELOS, C. S. dos. **Avaliação da aprendizagem: prática de mudança: por uma práxis transformadora**. São Paulo. Ed. Libertad, 2003.
- VEIGA, I.P.A. Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção coletiva. *In: VEIGA, Ilma Passos Alencastros (Org.). Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção possível*. 4ª ed. Campinas – SP: Papirus, 1995.
- VERÇOSA, A. A. **Racismo na escola: o silêncio fala mais alto**. Ouro Preto, 2012. Disponível em: <http://www.amde.ufop.br/tccs/Xapuri/Xapuri%20-%20Alzenite%20Vercosa.pdf> Acesso em: 05 maio 2018.
- VERRANGIA, D.; GONÇALVES E SILVA, P. B. 2010. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. *In: Educação e Pesquisa*. UFSCar, São Paulo, v. 36, n.3, set./dez., 2010.
- YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

**APÊNDICE A – Roteiro da entrevista com professores da Escola Estadual Dom  
Francisco das Chagas**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA



**PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO E A PRÁTICA EDUCACIONAL  
NA ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS**

**Mestranda:** Silvete Mileia Ferreira

**PROBLEMA DE PESQUISA:** Como a equipe docente da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, localizada na zona rural do município de Ervália/MG, identifica e lida com o currículo e as práticas educacionais dentro da perspectiva da educação do campo, dando destaque às peculiaridades da região?

**Roteiro de Entrevista para professores**

**Nome do Entrevistado:**

**Características sócio demográficas:**

Sexo:

Idade:

Data de Nascimento:

**Questões:**

- Me fale um pouco sobre a sua trajetória (Formação acadêmica, Pós-Graduação, vida profissional)

- Como você chegou aqui na escola? Quanto tempo você está aqui? A partir de quando e de que forma se deu a sua inserção na escola? Já iniciou como efetivo ou designado?

- Você já trabalhou em outra escola do campo?



- Como você planeja as suas aulas? Nesse planejamento, você considera o contexto local da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas? De que forma?

- Você acha importante levar em consideração o contexto dos alunos do campo nos momentos de planejamento de suas aulas? Como você faz isso? Ou como isso poderia ser feito?

- A escola discute os saberes do campo com os alunos? Quando? De que forma?

- O que você acha do currículo que é praticado na escola? Ele dialoga com a educação do campo? Justifique sua resposta.

- De que forma você acha que deveria ser desenvolvida a proposta curricular para os alunos do campo?

- Em sua opinião, quais são os entraves para que se possa colocar em prática um currículo que contemple práticas educacionais que dialoguem com a perspectiva da educação do campo?

- Quais os desafios que existem para realizar um currículo cujas práticas educacionais dialoguem com a perspectiva da educação do campo?

## APÊNDICE B – Perfil e formação dos professores entrevistados

Professor 1 é do sexo feminino, com idade de 61 anos. É graduada em Letras. Moradora de zona rural, mas não da comunidade onde trabalha. Nascida em São Paulo, onde morou por vários anos. Iniciou sua experiência como docente nesta instituição em 1998. Já exerceu a função da vice direção da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas de 2012 a 2014, mas aposentou em 2014. É ex-efetivada nesta escola e após um período de ausência nesta instituição, retornou como efetiva em Língua Portuguesa no ano de 2018. Já lecionou em escola da zona urbana do município.

Professor 2 também é do sexo feminino com idade de 37 anos. Graduada em Ciências com habilitação plena em Química e em Ciência e Tecnologia de Laticínios. Moradora de zona rural, mas não na região onde a escola está localizada. Já exerceu a função de docente em escola de zona urbana, sendo a maior parte de sua experiência com o público discente adulto. Tomou posse nesta instituição como professora de Química em 2018.

Professor 3, é do sexo feminino e tem 40 anos de idade. Sempre morou na comunidade onde a escola está inserida, estudou o ensino fundamental na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas. Pertence à família de lavradores. Formada em Pedagogia, é professora dos anos iniciais na escola desde 2013. Tornou-se servidora efetiva da escola em 2017. Tem duas irmãs que já lecionaram na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas e a mãe e o irmão já trabalharam como ajudante de serviços gerais na instituição. Atualmente está na função de professora de apoio.

Professor 4, do sexo feminino e possui 42 anos de idade. Sempre morou na comunidade onde a escola está inserida, estudou o ensino fundamental na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas. Pertence à família de lavradores. Habilitada no curso Normal Superior, é professora dos anos iniciais na escola desde 2009. Tornou-se servidora efetiva da escola em 2018. Atualmente está na função de professora eventual. Tem pretensões de ser a próxima gestora da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas. Sua avó foi a primeira professora da comunidade, professora leiga sustentada pela comunidade em troca dos serviços educacionais prestados às crianças da comunidade.

Professor 5, do sexo feminino, possui 32 anos. Formada em Pedagogia, pós-graduada em educação Inclusiva, em Educação Especial e Psicopedagogia e também em Educação Ambiental. Trabalha na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas desde 2013, tendo sua maior experiência como professora da Educação Integral e Integrada. Trabalhou algum tempo na zona urbana, mas a maior experiência é na instituição em estudo. Possui pós-graduação em

Educação Ambiental. Desde 2017 reside na comunidade onde a escola está inserida, antes era moradora da zona urbana. É professora efetiva na escola desde 2017.

Professor 6, do sexo feminino, possui 40 anos. Graduada em Letras, é professora de Língua Portuguesa na Escola Estadual Dom Francisco desde 2007. Moradora da zona urbana, tornou-se efetiva na escola em 2017. Teve oportunidade de trabalhar em escolas da cidade, mas prefere trabalhar na Escola Estadual Dom Francisco.

Professor 7, do sexo masculino, possui 35 anos. Graduado em Letras e bacharel em Direito. Morador da zona urbana do município. Já exerceu a função de docente em escola de zona urbana, se tornando efetivo como professor de Língua Portuguesa nesta escola em 2017.

Professor 8, do sexo masculino, possui 40 anos. Graduado em Química, Matemática. Pós-graduado em Inspeção e Supervisão escolar. Morador da zona urbana do município, mas não é filho de Ervália. Veio para o município de Ervália exercer a docência em 2006. Exerceu a função de docente em escola de zona urbana, se tornou efetivo em 2016 como professor de Matemática em município vizinho, conseguiu remoção para a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas em 2017.

**ANEXO - Projeto Político Pedagógico, Escola Estadual Dom Francisco das Chagas**

ESTADO DE MINAS GERAIS  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBÁ-MG  
ESCOLA ESTADUAL DOM FRANCISCO DAS CHAGAS

DECRETO Nº 8.149,

Careço- Zona rural – Ervália – MG

e-mail:escola.180904@educacao.mg.gov.br

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Ervália - MG

2019

**APRESENTAÇÃO**

O Projeto Político Pedagógico além de ser a base de toda ação a ser desenvolvida no ambiente escolar, propicia a busca da identidade da escola, tendo por intuito a responsabilidade na construção de uma sociedade mais humana e democrática, vendo o homem como ser social e sujeito da educação. Assim sendo, nosso projeto foi pautado após intensa reflexão e discussão sobre a finalidade da escola em nossa comunidade.

Portanto, faz-se necessário buscar responder as seguintes questões: O trabalho pedagógico desenvolvido na escola vai ao encontro de que mundo se quer viver? Que aluno se quer formar? Para que sociedade? E eu, enquanto membro da comunidade da Escola Dom Francisco, o que posso fazer para transformar as relações na escola?

Por isso busca-se desenvolver atividades integradas e críticas da realidade na qual a escola está inserida dando um significado maior para as aprendizagens, sobretudo inserir a escola no ambiente da Educação do Campo através de suas práticas pedagógicas.

A proposta foi desenvolvida após o diagnóstico feito através do levantamento de anseios da comunidade do Careço, onde a escola está inserida. Também foram feitas discussões junto com a direção, professores, alunos, funcionários e a comunidade escolar a partir de propostas como a dos itinerários avaliativos enviados pela Secretaria do Estado de MG e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Portanto, o político e o pedagógico se

fizeram inerentes, de maneira que o projeto político pedagógico foi considerado um processo constante de discussão e reflexão dos problemas vivenciados pela comunidade escolar, além de possibilitar a busca de alternativas para efetivar a sua real intenção.

## **1) HISTÓRICO DO PPP**

O Estado de Minas Gerais, através do processo de construção da Constituinte Escolar, buscou a construção de uma escola pública de qualidade social, por meio da democracia, do conhecimento, do acesso e da gestão.

A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas participou ativamente do processo de construção de seu PPP, promovendo itinerários avaliativos com a participação ativa dos professores e da comunidade escolar, analisando a realidade da escola, valorizando os avanços e buscando alternativas para superar as dificuldades.

As temáticas aprofundadas durante os Itinerários avaliativos foram:

Relação Escola/Comunidade

- ✓ Sujeitos da aprendizagem, contexto socioeconômico e territórios escolares;
- ✓ Relações inter-institucionais: família, comunidade e sociedade;
- ✓ Análise de desempenho, rendimento (fluxo) e frequência dos estudantes;
- ✓ Diversidade e inclusão na aprendizagem;
- ✓ Impacto da violência nas expectativas de aprendizagem;
- ✓ Ambiente participativo;
- ✓ Participação e formação dos professores;
- ✓ Educação do campo como prática cotidiana do fazer pedagógico da escola.

## **2) CONCEPÇÕES DE:**

### **- EDUCAÇÃO**

A educação deverá partir do conhecimento adquirido pelo aluno e ser contextualizada com a realidade da comunidade escolar permitindo que este seja reflexivo, analítico e exerça sua cidadania com humanização.

Convergente a essa determinação, a Escola Estadual Dom Francisco das Chagas toma a educação como uma dinâmica organizativa dos saberes e das formas de interação das pessoas com o meio social no qual atuam. A condição de respeitar e valorizar todos se constituem, portanto, foco da ação educativa, em que os diferentes e as diferenças são respeitados e

valorizados ao promover a ampliação do autoconhecimento e a superação de dificuldades, que, antes de serem atribuídas ao outro, devem ser analisadas na perspectiva do próprio sujeito.

#### **- DE PESSOA**

Cidadão consciente, capaz de agir, pensar, com autonomia articulando-se na sociedade com responsabilidade e acreditando nas suas potencialidades.

#### **- DE SOCIEDADE**

A sociedade deve relacionar-se de forma que possibilite a efetiva participação de todos valorizando todo o conhecimento construído e proporcionando a inclusão social e a valorização da vida e efetivando-se assim a democracia.

#### **- DE INCLUSÃO ESCOLAR**

O espaço escolar deve ser acolhedor para todos, no qual, o processo de aprendizagem seja colaborativo, contínuo e valorize as diferenças humanas, através do respeito às diferentes culturas, políticas (sobretudo a da educação do campo), etnias, credos, deficiências físicas e mentais com práticas escolares inclusivas a fim de combater a exclusão educacional e social e responder à diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem existentes. A escola deve adaptar-se para enfrentar com responsabilidade os desafios da inclusão, buscando direcionar o trabalho para que o aluno incluso tenha real participação, oportunizando seu envolvimento em todas as atividades da escola.

### **3) OBJETIVO DA ESCOLA**

A escola em consonância com a filosofia educacional e de acordo com a legislação vigente tem por objetivos:

#### **- OBJETIVO GERAL**

- A compreensão dos direitos e deveres das pessoas, do cidadão, do estado, da família e dos demais grupos que compõem a sociedade.
- O exercício consciente da cidadania mediante sua integração ao contexto geográfico-sócio-econômico-cultural;
- A condenação a qualquer tratamento desigual, por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a qualquer preconceito de classe ou de raça;

- O desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- A sensibilização e mobilização visando a uma tomada de consciência e a uma conduta responsável em relação ao ambiente;
- Oportunizar espaços de formação para educadores, na perspectiva de sujeitos críticos e de investigação permanente da realidade social, objetivando a qualificação da ação pedagógica e o resgate da cidadania;
- Construção, reconstrução e socialização dos conhecimentos acumulados na humanidade;
- Identidade da escola como sendo uma escola do campo, o que interfere diretamente em seu pedagógico e na vida diária com os alunos e comunidade escolar.

#### **- OBJETIVO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS**

A formação básica do cidadão visando o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, primando pelas relações que preservem o ambiente em que vivemos;

O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores, o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que assenta a vida social.

#### **- OBJETIVO ENSINO MÉDIO**

Oferecer ao aluno oportunidades ao desenvolvimento das habilidades e competências, preparando-o para atividade intelectual, independente e autônoma, para o exercício da cidadania e para o ingresso digno no mundo do trabalho, através de uma visão voltada ao meio ambiente, família e valores.

## **4) HISTÓRICO DA ESCOLA**

A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas foi criada em 05/02/1965, decreto nº 8.149, e instalada em 16/10/1965, localizada no lugar denominado São Francisco das Chagas (Careço), na zona rural do município de Ervália, Estado de Minas Gerais.

Recebeu este nome em homenagem ao Santo Padroeiro, São Francisco das Chagas. Havendo falha da imprensa, no ato da publicação, quando este foi publicado no Minas Gerais com o nome de “Escola Estadual Dom Francisco das Chagas”.

Este acontecimento foi marcante no governo Estadual de Magalhães Pinto e no governo municipal de Celso Lopes de Paula, em 1965.

Como a comunidade já era bastante populosa, na época, muitas crianças não tinham condições de estudar porque havia uma única professora, que durante vários anos vinha alfabetizando a população em sua própria residência.

Sentindo a situação se agravando a professora da época juntamente com alguns líderes da comunidade, com os senhores Sebastião Canuto e Sebastião Martins de Paiva, não mediram esforços para aumentar a matrícula e contratar mais professores.

Completando a matrícula, enviaram-na ao Sr. Sebastião de Almeida (Chico Turco), político da época, que encaminhou à Secretaria da Educação, após ter sido examinada pela Inspeção Municipal da época, que encaminhou à Secretaria da Educação, após ter sido examinada pela Inspeção Municipal da época, D. Maria de Lourdes Gomes Castro Campos e D. Albertina Lima Costa, Inspectora Seccional. Pessoas estas que também propuseram lutar pela causa junto à Secretaria de Educação, além do deputado Carlos Megale.

Durante anos, os alunos da comunidade conseguiam concluir apenas o 4º ano do primeiro ciclo, antigo primário. Percebendo a grande necessidade da conclusão do primeiro grau, em 1984, a diretora da época, junto com as lideranças locais, dispusera-se a lutar para implantar a extensão da série, atual 5ª e 8ª série do Ensino Fundamental.

Depois de feita a matrícula e examinada pela Superintendência Regional de Ensino, foi autorizada a extensão de série, pela lei nº 606/85, publicada no Minas Gerais de 15/03/1995, no governo do Sr. Hélio Carvalho Garcia.

### **Diretoras**

Desde sua fundação, a Escola contou com as seguintes direções:

Maria das Graças Fernandes de Oliveira

Terezinha Nacif de Freitas Santos

Maria Madalena de Souza Barud Leite

Sônia Maria Lopes Fernandes



Maria José de Castro Fontes

Emília Cornélia de Castro Lopes

Maria do Rosário Teixeira Ruela de Almeida

Silvete Mileia Ferreira

## **5) RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros destinados à aquisição de material de consumo e material permanente que possibilita o funcionamento da escola, à aquisição de gêneros alimentícios para atendimento ao aluno através da merenda escolar, são repassados pela SEE-MG e pelo MEC à Caixa Escolar Sebastião Canuto de Paiva. Através de promoções, campanhas e outros eventos a escola angaria fundos para complementação de merenda escolar, material de limpeza e na feitura de pequenos reparos na estrutura física da escola.

## **6) RECURSOS HUMANOS**

Com o intuito de proporcionar ao aluno condições de construir seus conhecimentos científicos, técnicos, culturais, sociais, éticos, estéticos e políticos, desenvolvendo suas competências e habilidades intelectuais e físicas, a escola conta com um corpo de gestores e outros profissionais empenhados na realização de um trabalho íntegro e preocupados em proporcionar educação de qualidade ao alunado.

## **7) RELAÇÕES HUMANAS**

Promover uma educação de qualidade que abranja os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino requer procedimentos que assegurem a conquista da participação democrática em que o direito de cada um seja a expressão do direito de todos.

A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas adota o sistema de gestão democrática constituindo um modo de articular pessoas e experiências educativas. Partindo do pressuposto de que os limites são constituídos na relação e são fundamentais para que a pessoa compreenda o seu lugar no mundo, adotará os seguintes princípios:

- explicitar seus conflitos, trabalhando e discutindo divergências;
- valorizar o diálogo em todos os níveis e em todas as situações de conflito;
- fazer com que os profissionais procurem a coerência entre aquilo que apregoam para seus alunos e sua prática, seu exemplo de vida;

- definir de forma democrática e coletiva os direitos, deveres, limites e normas considerados básicos para regular as relações pessoais e profissionais;
- prevalecer na escola as relações solidárias, o diálogo e a cooperação;
- envolver a escola com a comunidade, preocupando com os problemas, percebendo seus valores, vivenciando seu papel de agente transformador da sociedade e incentivando a participação dos diversos segmentos na discussão de projetos sociais voltados aos interesses da escola;
- preocupar em criar em alunos a consciência do protagonismo social;
- dialogar séria e criativamente com os pais, tornando-os parceiros da escola na empreitada de educar os alunos;
- reconhecer e aceitar as diferenças mediante um diálogo aberto, franco, esclarecedor e respeitoso;
- decidir e implementar, de forma participativa, as ideias acordadas;
- tornar a escola um espaço de sociabilidade;
- destacar a importância da integração entre as pessoas;
- agir com o intuito de que os professores não se sintam sozinhos em seu empenho, e sim apoiados em seu trabalho, suas dúvidas e incertezas;
- adotar na escola a educação do campo como prática diária e não apenas esporádica .

## **8) A ESTRUTURA FÍSICA**

A Escola Estadual Dom Francisco funciona em um prédio baixo, dividido em três blocos. A mesma dispõe de:

- oito salas de aulas;
- uma secretaria/diretoria;
- uma sala de professores;
- uma cantina e uma despensa (ambas muito pequenas);
- um depósito pequeno;
- uma biblioteca;
- uma sala de recursos;

Horário de funcionamento: 07:00 às 11:15

12:30 às 16:45

18:15 às 21:25

A escola tem quatro turmas de Educação Integral e Integrada. O projeto de Educação Integral e Integrada funciona dentro da escola e em salas da quadra esportiva (vestiários). A quadra esportiva tem seu uso cedido à escola, mas pertence à prefeitura.

## **9) MISSÃO E PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ESCOLA**

A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas tem como missão promover a formação do educando para uma vida plena como cidadãos responsáveis, autônomos que contribuam ativamente, na sua qualidade de pessoas informadas e responsáveis, para resolver os problemas sociais, econômicos e políticos da sua comunidade e do país. Empreende uma ação educativa e cultural a fim de proporcionar aos seus alunos uma educação baseada nos princípios de liberdade e solidariedade humana. Na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte de saber no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. No respeito à liberdade e apreço à tolerância, na valorização do profissional da educação escolar, na valorização da experiência extraescolar e na contribuição individual e coletiva visando a superação dos problemas que afetam a grande parte da população do país.

A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas mantém como norteadores de suas ações pedagógicas, os seguintes princípios:

**I - Éticos:** de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

**II - Políticos:** de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;

**III - Estéticos:** do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

**VISÃO:** Ser uma escola pública de referência pela qualidade em educação, reconhecida pelos resultados do processo de ensino e aprendizagem.

## **10) OBJETIVOS E FINALIDADE DA EDUCAÇÃO**

De acordo com a LDBEN nº9394/96 e RESOLUÇÃO SEE-MG Nº 2.197, DE 26 de outubro de 2012, a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

### **- DO ENSINO FUNDAMENTAL**

O Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social e garantir ao educando:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Ensino Fundamental deve promover um trabalho educativo de inclusão, que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo às suas diferenças e necessidades específicas, possibilitando, assim, a construção de uma cultura escolar acolhedora, respeitosa e garantidora do direito a uma educação que seja relevante, pertinente e equitativa.

O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4(quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;

III - Ciclo Intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano;

IV - Ciclo da Consolidação, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 8º e 9º ano.

Os Ciclos da Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, com foco na alfabetização e letramento, voltados para ampliar as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos.

Os Ciclos Intermediário e da Consolidação devem ampliar e intensificar, gradativamente, o processo educativo no Ensino Fundamental, bem como considerar o

princípio da continuidade da aprendizagem, garantindo a consolidação da formação do aluno nas competências e habilidades indispensáveis ao prosseguimento de estudos no Ensino Médio.

### **- DO ENSINO MÉDIO**

O Ensino Médio, etapa conclusiva da Educação Básica, possui duração de 3 (três) anos e tem por finalidade:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática;

III - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou de aperfeiçoamento posteriores;

IV - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas promove o Ensino Médio com um ensino de qualidade, de forma a ampliar o acesso e as taxas de conclusão e garantir a melhoria da eficiência no uso dos recursos disponíveis e na proficiência dos alunos.

O primeiro ano do Ensino Médio deve assegurar a transição harmoniosa dos alunos provenientes do 9º ano do Ensino Fundamental, considerando o aprofundamento dos Componentes Curriculares dos anos finais do Ensino Fundamental e a inclusão de novos Componentes Curriculares.

### **- DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A Educação de Jovens e Adultos - EJA - destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

A Educação de Jovens e Adultos, nível Médio é oferecida na Escola Estadual Dom Francisco das Chagas por meio de curso presencial no turno noturno;

### **- DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente e inovador. Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos.

A educação no e do campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas e este vínculo traz em si um traço de identidade muito importante. O campo é visto dentro do princípio de igualdade e diversidade cultural. A realidade atual engloba assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, agricultores familiares, povos de florestas, indígenas, entre outros.

Conforme a Resolução CNE/CEB nº01/02, artigo 13: “os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I – estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

A escola do campo deve convocar para si a responsabilidade social, ou seja, a escola é o lugar de projeção social, não se tratando aqui de uma projeção meramente capitalista ou materialista, mas no sentido da cidadania e da dignidade humana.

## **11) OBJETIVOS E METAS DA ESCOLA**

A Escola Estadual Dom Francisco das Chagas pretende:

- Buscar a articulação com as famílias dos alunos a fim de promover a integração da escola e comunidade;
- proporcionar um ensino de qualidade, resgatando os valores éticos, sociais, políticos e religiosos, artísticos e culturais;
- aprimorar o ensino, baseando-se na prática reflexiva dos professores;
- desenvolver uma prática pedagógica que conduza o aluno a construir o conhecimento;
- desenvolver nos alunos a consciência ecológica de forma que ele aprenda a respeitar e a preservar o meio ambiente;
- priorizar os conteúdos básicos de forma significativa, atendendo exigências do contexto;
- trabalhar os conteúdos de forma interdisciplinar e contextualizada;

- valorizar os conhecimentos que o aluno já possui a nível de senso comum, levando-o a superação desta forma de conhecimento buscando o saber produzido através do exercício da curiosidade epistemológica;
- efetivar a gestão colegiada de recursos materiais, financeiros, pedagógicos e de pessoal;
- respeitar a dignidade do educando, sua autonomia e sua identidade em processo;
- avaliar criticamente a prática pedagógica dos profissionais da escola;
- formar um aluno crítico, participativo, criativo, que possa compreender e viver sua cidadania;
- promover visitas ou passeios que venham a contribuir com o desenvolvimento do ensino e a aprendizagem dos alunos;
- considerar a prática pedagógica como prática política;
- buscar constantemente a superação das limitações dos alunos e professores;
- valorizar os encontros entre professor e aluno de forma que cada um saiba se posicionar quanto ao seu papel no processo ensino-aprendizagem;
- diminuir o índice de reprovação e desistência na escola;
- definir diretrizes que oriente na construção de uma escola democrática que acompanha as exigências de um mundo em constante transformação;
- estabelecer normas e orientações relativas a organização do trabalho pedagógico;
- ser referência de expressão do desejo e compromisso desta unidade escolar;
- direcionar as ações da escola para um trabalho eficaz;
- definir as metas a serem atingidas levando em conta suas propriedades;
- trabalhar e tomar decisões de forma coletiva;
- manter intercâmbio comunidade-escola, dando oportunidade ao aluno de integrar-se no seu meio físico e social;
- promover atividades intra e extra escolar, visando a elevação da auto-estima de funcionários e alunos;
- adotar práticas de avaliação do desempenho de seus profissionais verificando o cumprimento de objetivos e metas que levam a melhoria contínua;
- realizar projetos criativos, dinâmicos e inovadores para o desenvolvimento e recuperação da aprendizagem do aluno;
- desenvolver parceria com toda a comunidade escolar para organização e prática do ensino aprendizagem;

- articular as práticas pedagógicas da escola de modo a desenvolver rotineiramente as concepções da educação do campo.

## **12) ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

### **12.1) DO ENSINO FUNDAMENTAL 1 (1º AO 5º)**

Considerando que o processo de alfabetização e o zelo com o letramento são a base de sustentação para o prosseguimento de estudos, com sucesso, as Escolas devem organizar suas atividades de modo a assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens e a articulação do Ciclo da Alfabetização com o Ciclo Complementar.

O Ciclo da Alfabetização, a que terão ingresso os alunos com seis anos de idade, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, todos os alunos tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I - 1º Ano:

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) ler e escrever palavras e sentenças.

II - 2º Ano:

- a) ler e compreender pequenos textos;
- b) produzir pequenos textos escritos;
- c) fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

III - 3º Ano:

- a) ler e compreender textos mais extensos;
- b) localizar informações no texto;
- c) ler oralmente com fluência e expressividade;
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

Ao final do Ciclo da Alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas, e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

Ao final do Ciclo da Alfabetização, na área da Matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos



relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

O Ciclo Complementar, com o objetivo de consolidar a alfabetização e ampliar o letramento, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I - 4º ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatários e contextos;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

II - 5º Ano:

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;
- b) ler, compreendendo o conteúdo dos textos, sejam informativos, literários, de comunicação ou outros.

Ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

Ao final do Ciclo Complementar, na área da Matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

A programação curricular dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, tanto no campo da linguagem quanto no da Matemática, deve ser estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, contemplando, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

Na organização curricular dos ciclos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os Componentes Curriculares devem ser abordados a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado:

I - Os eixos temáticos dos Componentes Curriculares Ciências, História e Geografia devem ser abordados de forma articulada com o processo de alfabetização e letramento e de iniciação à Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Ciclos.

II - A questão ambiental contemporânea deve ser abordada partindo da realidade local, mobilizando as emoções e a energia das crianças para a preservação do planeta e do ambiente onde vivem.

III - O Componente Curricular Arte deve oportunizar aos alunos momentos de recreação e ludicidade, por meio de atividades artístico-culturais.

VI - O Ensino Religioso deve reforçar os laços de solidariedade na convivência social e de promoção da paz.

A Escola deve, ao longo de cada ano dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, acompanhar, sistematicamente, a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias e recursos diversos para sanar as dificuldades evidenciadas no momento em que ocorrerem e garantir a progressão continuada dos alunos.

## **12.2) DO ENSINO FUNDAMENTAL 2 (6º AO 9º ANO)**

Os Componentes Curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental que integram as áreas de conhecimento são os referentes a:

I - Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Materna, para populações indígenas;
- c) Língua Estrangeira moderna;
- d) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical;
- e) Educação Física.

II - Matemática.

III - Ciências da Natureza.

IV - Ciências Humanas:

- a) História;
- b) Geografia;

V - Ensino Religioso.

A passagem dos alunos dos ciclos dos anos iniciais para os ciclos dos anos finais do Ensino Fundamental deverá receber atenção especial da escola, a fim de se garantir a articulação sequencial necessária, especialmente entre o Ciclo Complementar e o Ciclo Intermediário, em face das demandas diversificadas exigidas dos alunos, pelos diferentes professores, em contraponto à unidocência dos anos iniciais.

Os Ciclos Intermediário e da Consolidação do Ensino Fundamental, com o objetivo de consolidar e aprofundar os conhecimentos, competências e habilidades adquiridos nos Ciclos

da Alfabetização e Complementar, terão suas atividades pedagógicas organizadas de forma gradativa e crescente em complexidade, considerando os Conteúdos Básicos Comuns – CBC, de modo a assegurar que, ao final desta etapa, todos os alunos tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I - Linguagens:

a) Língua Portuguesa:

- ler, de maneira autônoma, textos de diferentes gêneros, construindo a compreensão global do texto, identificando informações explícitas e implícitas, produzindo inferências, reconhecendo as intenções do enunciador e sendo capazes de aderir ou recusar as ideias do autor;
- identificar e utilizar os diversos gêneros e tipos textuais que circulam na sociedade para a resolução de problemas cotidianos que requerem o uso da língua;
- produzir textos orais e escritos, com coerência, coesão e correção ortográfica e gramatical, utilizando os recursos sociolinguísticos adequados ao tema proposto, ao gênero, ao destinatário e ao contexto de produção;
- analisar e reelaborar seu próprio texto segundo critérios adequados aos objetivos, ao destinatário e ao contexto de circulação previsto;
- desenvolver e procedimentos de leitor e escritor para a construção autônoma de conhecimentos necessários a uma sociedade baseada em informação e em constante mudança.

b) Língua Estrangeira moderna:

- compreender textos de diferentes gêneros em Língua Estrangeira moderna, bem como suas condições de produção e de recepção;
- produzir textos escritos em Língua Estrangeira moderna, coesos e coerentes e com correção lexical e gramatical, considerando as condições de produção e circulação;
- utilizar a linguagem oral da Língua Estrangeira moderna como instrumento de interação sociocomunicativa.

c) Arte:

- saber se expressar artisticamente, articulando a percepção, imaginação, emoção, sensibilidade e reflexão em suas produções artísticas visuais, corporais, cênicas e musicais, compreendendo a arte em todas as suas linguagens e manifestações;
- apreciar e analisar criticamente produções artísticas (artes visuais, dança, teatro e música), estabelecendo relações entre análise formal, contextualização, pensamento artístico e identidade cultural;
- refletir acerca da manifestação artística, sobre si próprio e sobre a experiência estética.

d) Educação Física:

- reconhecer o potencial do esporte, dos jogos, das brincadeiras, da dança e da ginástica para o desenvolvimento de atitudes e de valores democráticos de solidariedade, respeito, autonomia, confiança, liderança;
- conhecer as modalidades esportivas, sua história, suas regras, movimentos técnicos e táticos, bem como as diferenças na forma de apresentação dos esportes;
- conhecer e identificar os elementos constitutivos da dança, utilizando as múltiplas linguagens corporais, possibilitando a superação dos preconceitos, bem como conhecer e identificar diversos jogos e brincadeiras da nossa e de outras culturas;
- compreender os riscos e benefícios das atividades e práticas esportivas na promoção da saúde e qualidade da vida.

#### II - Matemática:

- comparar, ordenar e operar com números naturais, inteiros, racionais, interpretando e resolvendo situações-problema;
- identificar e resolver situações-problema que envolvam proporcionalidade direta e inversa; porcentagem e juros; equações de primeiro e segundo grau; sistemas de equações de primeiro grau; conversão de medidas; cálculo de perímetro, de área, de volume e capacidade; probabilidade; utilização de linguagem algébrica;
- reconhecer as principais relações geométricas entre as figuras planas;
- interpretar e utilizar informações apresentadas em tabelas e gráficos.

#### III - Ciências da Natureza:

- compreender a inter-relação dos seres vivos entre si e com o meio ambiente;
- identificar os conhecimentos físicos, químicos e biológicos presentes no cotidiano;
- compreender o processo de reprodução na evolução e diversidade das espécies, a sexualidade humana, métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis;
- compreender o efeito das drogas e suas consequências no convívio social.

#### IV - Ciências Humanas:

##### a) História:

- compreender as relações da natureza com o processo sociocultural, político e econômico, no passado e no presente;
- reconhecer e compreender as diferentes relações de trabalho na realidade atual e em outros momentos históricos;
- compreender o processo de formação dos povos, suas lutas sociais e conquistas, guerras e revoluções, assim como cidadania e cultura no mundo contemporâneo;
- realizar, autonomamente, trabalhos individuais e coletivos usando fontes históricas.

b) Geografia:

- compreender as relações de apropriação do território, associadas ao exercício da cidadania, à importância da natureza para o homem, bem como às questões socioambientais;
- compreender as formações socioespaciais do campo e da cidade, sua relação com a modernização capitalista, bem como o papel do Estado e das classes sociais, a cultura e o consumo na interação entre o campo e a cidade;
- compreender o processo de globalização, os problemas socioambientais e novos modos de vida, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento humano, social e econômico sustentável.

V- Ensino Religioso:

- compreender a religiosidade como fenômeno próprio da vida e da história humana, desenvolvendo um espírito de fraternidade e tolerância em relação às diferentes religiões;
- refletir sobre os princípios éticos e morais, fundamentais para as relações humanas, orientados pelas religiões, e agir segundo esses princípios.

Nos ciclos finais do Ensino Fundamental, os alunos deverão, ainda, ser capazes de ler e compreender textos de diferentes gêneros, inclusive os específicos de cada Componente Curricular, e produzir, com coerência e coesão, textos da mesma natureza, utilizando-se dos recursos gramaticais e linguísticos adequados.

### **12.3) DO ENSINO MÉDIO (REGULAR E EJA)**

Os Componentes Curriculares obrigatórios do Ensino Médio que integram as áreas de conhecimento são os referentes a:

I - Linguagens:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Materna, para populações indígenas;
- c) Língua Estrangeira moderna;
- d) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical;
- e) Educação Física.

II - Matemática.

III - Ciências da Natureza:

- a) Biologia;
- b) Física;
- c) Química.

IV - Ciências Humanas:

- a) História;

- b) Geografia;
- c) Filosofia;
- d) Sociologia.

A organização curricular do ensino médio, que abrange as áreas de conhecimento referentes a Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, deve garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade, as características locais e especificidades regionais.

#### **12.4) DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, parte integrante da curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, deve:

- I - assumir um caráter processual, formativo e participativo;
- II - ser contínua, cumulativa e diagnóstica;
- III - utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;
- IV - fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;
- V - assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;
- VI - prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;
- VII - assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente;
- VIII - possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade ano de escolaridade.

Na avaliação da aprendizagem, a Escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

As formas e procedimentos utilizados pela escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, deve expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado

pela escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela Escola e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE-, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB -, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA - e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - PAAE - devem ser considerados para elaboração, anualmente, pela Escola, de projetos de intervenção pedagógica.

A escola e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, devem envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis, e:

I - criando, ao longo do ano letivo, novas oportunidades de aprendizagem para os alunos que apresentem baixo desempenho escolar;

II - organizando agrupamento temporário para alunos de níveis equivalentes de dificuldades, com a garantia de aprendizagem e de sua integração nas atividades cotidianas de sua turma;

III - adotando as providências necessárias para que a operacionalização do princípio da continuidade não seja traduzida como “promoção automática” de alunos de um ano ou ciclo para o seguinte, e para que o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino-aprendizagem.

A progressão parcial, que deverá ocorrer a partir do 6º ano do ensino fundamental, deste para o ensino médio e no ensino médio, é o procedimento que permite ao aluno avançar em sua trajetória escolar, possibilitando-lhe novas oportunidades de estudos, no ano letivo seguinte, naqueles aspectos dos Componentes Curriculares nos quais necessita, ainda, consolidar conhecimentos, competências e habilidades básicas.

Poderá beneficiar-se da progressão parcial, em até 3 (três) Componentes Curriculares, o aluno que não tiver consolidado as competências básicas exigidas e que apresentar dificuldades a serem resolvidas no ano subsequente.

O aluno em progressão parcial no 9º ano do Ensino Fundamental tem sua matrícula garantida no 1º ano do Ensino Médio nas Escolas da Rede Pública Estadual, onde deve realizar os estudos necessários à superação das deficiências de aprendizagens evidenciadas nos tema(s) ou tópico(s) no(s) respectivo(s) componente(s) curricular(es).

Ao aluno em progressão parcial devem ser assegurados estudos orientados, conforme planos de intervenção pedagógica elaborados, conjuntamente, pelos professores do(s)

Componente(s) Curricular(es) do ano anterior e do ano em curso, com a finalidade de proporcionar a superação das defasagens e dificuldades em temas e tópicos, identificadas pelo professor e discutidas no Conselho de Classe.

Os estudos previstos no plano de intervenção pedagógica devem ser desenvolvidos, obrigatoriamente, pelo(s) professor(es) do(s) Componente(s) Curricular(es) do ano letivo imediato ao da ocorrência da progressão parcial.

O cumprimento do processo de progressão parcial pelo aluno poderá ocorrer no ano letivo seguinte, uma vez resolvida a dificuldade evidenciada no(s) tema(s) ou tópico(s) do(s) Componentes Curricular(es).

A escola deve utilizar-se de todos os recursos pedagógicos disponíveis e mobilizar pais e educadores para que sejam oferecidas aos alunos do 3º ano do Ensino Médio condições para que possam ser vencidas as dificuldades ainda existentes, considerando que o aluno só concluirá a Educação Básica, quando tiver obtido aprovação em todos os Componentes Curriculares.

É exigida do aluno a frequência mínima obrigatória de 75% da carga horária anual total.

No caso de desempenho satisfatório do aluno e de frequência inferior a 75%, no final do período letivo, a escola deverá usar o recurso da reclassificação para posicionar o aluno no ano seguinte de seu percurso escolar.

A escola deve oferecer aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu plano de intervenção pedagógica, ao longo de todo o ano letivo, após cada bimestre e no período de férias, a saber:

I - estudos contínuos de recuperação, ao longo do processo de ensino aprendizagem, constituídos de atividades especificamente programadas para o atendimento ao aluno ou grupos de alunos que não adquiriram as aprendizagens básicas com as estratégias adotadas em sala de aula;

II - estudos periódicos de recuperação, aplicados imediatamente após o encerramento de cada bimestre, para o aluno ou grupo de alunos que não apresentarem domínio das aprendizagens básicas previstas para o período;

A escola deve garantir, no ano em curso, estratégias de intervenção pedagógica, para atendimento dos alunos que, após todas as ações de ensino aprendizagem e oportunidades de recuperação, ainda apresentarem deficiências em capacidades ou habilidades no(s) Componente(s) Curricular(es) do ano anterior.

A promoção e a progressão parcial dos alunos do ensino fundamental e do ensino médio devem ser decididas pelos professores e avaliadas pelo Conselho de Classe, levando-se em conta o desempenho global do aluno, seu envolvimento no processo de aprender e não apenas



a avaliação de cada professor em seu Componente Curricular, de forma isolada, considerando-se os princípios da continuidade da aprendizagem do aluno e da interdisciplinaridade.

Os Componentes Curriculares cujos objetivos educacionais colocam ênfase nos domínios afetivo e psicomotor, como Arte, Ensino Religioso e Educação Física, devem ser avaliados para que se verifique em que nível as habilidades previstas foram consolidadas, sendo que a nota ou conceito, se forem atribuídos, não poderão influir na definição dos resultados finais do aluno.

Os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser comunicados até 20 dias após o encerramento de cada 1(um) dos 4(quatro) bimestres aos pais, conviventes ou não com os filhos, e aos alunos, por escrito, utilizando-se notas ou conceitos, devendo ser informadas, também, quais estratégias de atendimento pedagógico diferenciado foram e serão oferecidas pela Escola.

No encerramento do ano letivo e após os estudos independentes de recuperação, a escola deve comunicar aos pais, conviventes ou não com os filhos, ou responsáveis, por escrito, o resultado final da avaliação da aprendizagem dos alunos, informando, inclusive, a situação de progressão parcial, quando for o caso.

### **13) CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A elaboração e ou reestruturação do PPP da escola é um processo dinâmico, complexo, demorado, mas se faz necessário pela importância desse documento para guiar o andamento de toda a escola. Das discussões, reflexões, estudos conseguimos chegar ao ponto final que era a reestruturação do PPP da Escola Estadual Dom Francisco das Chagas, dando a ele um novo significado para atender a realidade atual vivenciada pela escola. Por fim, o projeto político-pedagógico que foi reestruturado e apresentado à comunidade, não deve ser visto como algo acabado e concluído, que requer apenas ser executado, mas como um processo inconcluso, uma etapa em direção aos desafios e finalidades, estabelecidas como horizonte da escola.

### **REFERÊNCIAS**

MARÇAL, Juliane Corrêa. **Progestão**: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola? módulo III, Brasília: CONSED, 2001.

REVISTA NOVA ESCOLA GESTÃO ESCOLAR, Edição 011, Dezembro 2010/Janeiro 2011, Título original: PPP na prática.

SEE-MG. Secretaria de Educação de Minas Gerais. **Roteiro da estrutura do projeto político-pedagógico das escolas estaduais de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2012.